Universidade de Brasília

Instituto de Ciências Sociais – ICS

Departamento de Sociologia – SOL

Contribuições teóricas para uma abordagem sociológica das masculinidades negras

Brasília, 2022

Rafael Moreira da Silva de Oliveira

Contribuições teóricas para uma abordagem sociológica das masculinidades negras

Monografia apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília como um dos requisitos para obtenção do grau de bacharel em Ciências Sociais, com habilitação em Sociologia.

Orientadora: Haydée Gloria Cruz Caruso

Brasília, 2022

Universidade de Brasília - UnB
Instituto de Ciências Sociais - ICS
Departamento de Sociologia - SOL

Contribuições teóricas para uma abordagem sociológica das masculinidades negras

Monografia apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília como um dos requisitos para obtenção do grau de bacharel em Ciências Sociais, com habilitação em Sociologia.

BANCA EXAMINADORA

Profª. Drª. Haydée Glória Cruz Caruso - Departamento de Sociologia - UnB

Prof. Dr. Edson Silva de Farias

Mª. Laura Gonçalves de Lima

Brasília, 2022

Agradecimentos

Cursar uma graduação nos últimos anos, foi uma experiência que mudou minha vida completamente. Durante meus primeiros 18 anos de vida, construí uma personalidade para conseguir lidar com meus problemas, e essa personalidade foi dilacerada no processo de graduação. Primeiro, as Ciências Sociais não foram escolhidas por mim por interesse em ser um cientista social, mas por interesse em migrar para o curso de Direito. O que ocorreu neste caminho, que me fez mudar de ideia a ponto de, hoje, não conseguir me enxergar trabalhando em outro ramo, foi um processo de tamanha força, que transformou meus processos cognitivos, subverteu minha visão de mundo, reformou minha personalidade, resultando em quem sou hoje. Sem dúvidas, existem um Rafael antes, e outro depois deste curso, mas existem pessoas que ajudaram a construir esse caminho e a elas devo os devidos agradecimentos.

Agradeço à minha mãe, Nilde, que abdicou de sua vida para dar esperança à minha. Entendo que a capacidade de formar um ser humano transforma as pessoas, mas apenas imagino quais processos se sucederam em sua mente todas as noites que passou acordada fazendo contas, vendo um pequeno corpo que estava predestinado por outros a não dar em nada. Foi uma missão impossível a qual você completou. Hoje, temos duras e difíceis conversas sobre como o seu esforço em me dar liberdade para ser o que eu quisesse, resultou em clausura, em busca de excelência e aprovação, contudo, nunca serei capaz de olhar para você de maneira diferente a um exemplo. Você me ensinou a ter responsabilidade, generosidade, senso de justiça, apreço pelo trabalho, um método, mesmo para as pequenas coisas cotidianas e hoje, estas são as qualidades que mais valorizo em mim. Lamento que a vida tenha sido tão dura com você, lamento que a truculência tenha sido muitas vezes a linguagem do nosso diálogo, mas todas as vezes que vejo uma família comum se comunicar, se comportar na mesa, se unir numa data comemorativa, me sinto novamente numa sala de Introdução ao Direito, em que contava os minutos para ir embora e me perguntava como poderia ter desejado algo assim. A despeito de todas as dificuldades, sou Rafael graças a você. Obrigado.

Agradeço ao meu irmão, Miguel, que foi meu companheiro mais próximo nos últimos 20 anos. Mesmo sendo tão diferentes, você é uma das únicas pessoas com as quais me sinto à vontade para ficar em silêncio o dia inteiro, se desejar. Apesar de não sermos confidentes,

você me conhece mais do que qualquer pessoa e sabe disso. Espero que nunca pare de me importunar, pois seria o que eu sentiria mais falta. Espero que a distância nunca nos separe.

Agradeço a Davi, Isaac, Leonardo e Miguel. Os homens do subsolo. Vocês foram os primeiros companheiros numa nova vida. Uma vida que eu tive mais liberdade para escolher os caminhos que iria trilhar. Obrigado por todas as furadas em que a gente se meteu, obrigado por todas as conversas sem sentido, por todas as risadas, por todos os conselhos, por todos os debates. Com vocês tenho aprendido a expressar afeto, mas mais importante, a não ir embora, apesar de qualquer conflito ou dificuldade.

Agradeço à Gabi, a primeira pessoa com a qual me senti amado. Você foi pivô de algumas das mais importantes transformações na minha vida e foi no seu ombro que chorei diante do profundo processo de ressignificação de todo o meu passado. Você foi uma verdadeira parceira durante os mais difíceis momentos e me ajudou a correr atrás de tudo que me parecesse valer a pena. Como em um efeito borboleta, acredito que, sem você, nada disso teria acontecido. Obrigado pelas confidências, pela paciência, pela coragem, pelo amor, pelo vigor, e pelo acolhimento que me proporcionou, algo que com você experienciei pela primeira vez.

Agradeço à Maiara e Thaís, vocês foram verdadeiras companheiras com quem dei boas risadas, mas também refleti sobre importantes problemas. Muito obrigado por todo apoio, por todas as empreitadas, por todas as campanhas e temporadas. Fomos três mosqueteiros e sentíamos que poderíamos fazer de tudo. Mesmo que não possamos, sentir que era possível nos fez chegar mais longe do que já sonhamos. A força e a energia que compartilhamos nunca será esquecida. Obrigado.

Agradeço ao Maré (FD/UnB), à Ubuntu (IPOL/UnB), ao AJA e ao Colégio Latino Americano de Estudos Mundiais, por acreditarem no meu potencial para ajudar e por me proporcionarem experiências acadêmicas de primeira importância para minha formação profissional e acadêmica. Agradeço, sobretudo, a todas as pessoas maravilhosas que conheci nesses espaços, cujo prazer em conhecer e dialogar me reforçaram a ideia de que trilhava o caminho certo.

Agradeço aos amigos, Alan, Vinícius, Jordhanna, Ricardo, Lucas, Gustavo, Victoria, Sarah, Sophia, Fernando, Bruno, Daniel, Rebeca, Letícia, Thayna, Juliana, Isabella, Marcos, Marco, Arthur e Vitória. Presentes que a UnB me deu e que não consigo lembrar sem abrir um sorriso no rosto.

Agradeço à Sara, pessoa que amo e me identifico pela responsabilidade e esmero com qual realiza tudo que faz, com o brilho nos olhos e sorriso no rosto que esconde um sentimento de injustiça, perante as pressões e insatisfações não merecidas da vida. Fazer o outro feliz é uma missão sedutora, porém ingrata. Aprendi contigo que o amor não deve temer nem medir. Com você, decidi que uma noite perdida com conversas sobre o mundo e as coisas, vale mais que mundos e fundos, que tanto trabalhamos para buscar. Aprendi que precisamos viver nossa a vida acima de tudo, não a vida que querem para nós. Com a sua ajuda, percebi que a grande equação que resolvia, durante minha trilha, aqui transcrita, era a de entender como se dá o amor, para com os outros, mas mais importante, dentro de mim mesmo. Obrigado.

Agradeço à CAPES e ao CNPq, por financiarem minha iniciação científica e meu mestrado em curso. Legitimar o trabalho científico é tarefa de dificuldade ímpar e o financiamento, infelizmente, é um dos últimos elos que carregam este fardo. Esta monografia é o primeiro documento, em que formalizo meu compromisso em devolver à sociedade os recursos investidos em mim, no ensino superior público, em forma de trabalho científico e intelectual, em busca de soluções para problemas com os quais a sociedade tem dificuldade em lidar.

Por fim, agradeço à Haydée, que tomou a difícil decisão de interpretar minha forma difícil de dialogar. Durante minha trajetória na graduação, várias vezes, com a melhor das intenções, entrei em rota de colisão com a instituição e seu corpo docente. Cada interação que tive com professores me mostrou um pouco mais que tinha de aprender a me defender, até o ponto em que eu estava completamente fechado em minha “missão” e pronto para assumir as últimas consequências em qualquer debate sem importância. Sua decisão em dialogar comigo me desarmou e me deu esperança de seguir talvez numa carreira acadêmica. Apesar de estudarmos temas muito diferentes, relembro que, meu desejo em ser orientado por você consiste no entendimento de que quero ser orientado para ser um pesquisador preocupado mais com os problemas sociais que se apresentam aos pesquisadores, do que com as publicações a serem originadas de nossos estudos. Entendo seu esforço em trabalhar com o mais amplo leque de atores na sociedade e entendo a contrapartida que isto representa. Suas maiores orientações, para mim, não se deram ao indicar textos da Tatiana Moura, Jacqueline Sinhoretto etc., mas quando me disse que teve de “comer muito arroz com feijão para sobreviver no departamento de sociologia da UnB”. Se recusar a ser algo diferente de um ser humano me faz ver os caminhos futuros com esperança e entusiasmo, mesmo que saibamos o

quanto tem sido difícil, psicologicamente. Obrigado por apostar em mim, me apoiar e me tratar com afeto independentemente de qualquer circunstância.

Resumo

Este trabalho consiste num ensaio teórico, com o objetivo de discutir algumas contribuições teóricas para uma abordagem sociológica, em especial na sociologia da violência, das masculinidades negras. Durante o ensaio são discutidos os conceitos de *masculinidades hegemônicas* e encontro colonial, de Raewyn Connell; *interseccionalidade*, de Patrícia Hill Collins; *performatividade*, de Judith Butler; *biopolítica*, de Foucault; e *necropolítica*, de Achille Mbembe. A partir das discussões levantadas, pretende-se expor algumas das principais bases teóricas que permitem pensar masculinidades negras, enquanto uma possível categoria analítica. Pressuponho que não há uma tradição de pesquisa suficientemente sistematizada para buscar um campo de pesquisa sobre masculinidades negras. Como resultado argumento que o entendimento da possível categoria de "masculinidades negras" pode carregar um aparato teórico útil, porém em falta no campo da sociologia da violência.

Palavras-chave: masculinidades negras; interseccionalidade; necropolítica; sociologia da violência; racismo.

Abstract

This paper consists in a theoretical essay, in order to discuss some theoretical contributions to a sociological approach, especially in the sociology of violence, to black masculinities. During this essay, we discuss the concepts of hegemonic masculinities and colonial experience, by Raewyn Connell; intersectionality, by Patricia Hill Collins; performativity, by Judith Butler; biopolitics, by Foucault; and necropolitics, by Achille Mbembe. From the presented discussions, we intend to expose some of the main theoretical bases that allow us to think about black masculinities as a possible analytical category. I assume that there is no research tradition sufficiently systematized to address a proper field of inquiry on black masculinities. As a result, I argue that understanding the sociological significance of the category of black masculinities can provide a useful theoretical apparatus that is currently missing from the field of study of the sociology of violence.

Keywords: black masculinities; intersectionality; necropolitics; Sociology of violence; racism.

Sumário

Introdução……...6

1. A interseccionalidade para pensar masculinidades……...13

2. A contribuição de Butler: da performatividade ao biopoder…….17

3. A necropolítica: uma bifurcação no caminho do biopoder……...23

4. Racialização: homem negro como uma configuração distinta……..32

Considerações Finais…….37

Referências Bibliográficas……40

Introdução

Este trabalho de conclusão de curso discutirá as bases teóricas para entender a categoria de "masculinidades negras" e como ela pode contribuir para estudos da Sociologia da Violência. Embora este trabalho seja concluído no ano de 2022, gostaria de explicitar nesta sessão, como cheguei até o presente texto, tanto em relação a seu conteúdo, quanto em relação a sua forma e técnica.

Em 2017, enquanto estava no terceiro semestre do curso de Sociologia da Universidade de Brasília – UnB, fui apresentado ao movimento negro universitário e, por conseguinte, à pauta antigenocídio da juventude negra brasileira. Naquele ano, o Atlas da Violência, realizado pelo Instituto de Pesquisa e Estatística Aplicada – IPEA, em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), registrou que a cada 100 pessoas mortas por causas violentas, 71 eram negras. O Atlas mostrava que esse dado era composto majoritariamente por jovens negros moradores de regiões periféricas e, posteriormente, designou a situação desses jovens como análoga à situação de guerra (CERQUEIRA *et al,* 2017). Esta constatação alimentou com espanto os sentimentos de protesto ligados às pautas políticas que conheci naquele ano e foi o ponto de partida para iniciar um interesse duradouro de pesquisa, que hoje se materializa em um trabalho de conclusão de curso.

Naquele momento, ao embarcar num primeiro projeto no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC/ProIC, acreditava que o cerne do problema estava no sistema prisional e que este produzia um padrão de masculinidade que estaria sob hiper vigilância, coincidindo então com a seletividade penal nas ruas posteriormente, ao se encontrar com o policiamento ostensivo. Mobilizei conceitos, como "*Complexo Industrial Prisional"* de Davis (2011 [2003]) e "*Sujeição Criminal"* de Misse (2010) naquele PIBIC, mas não possuía condições de demonstrar evidência alguma sobre a existência de um padrão masculino de gênero dentro do grupo de indivíduos negros e privados de sua liberdade nem tinha segurança em explicar o que significava dizer que as *masculinidades eram práticas sociais de gênero.*

Acontece que eu nutria um compromisso político com o tema por me identificar enquanto homem negro, membro do grupo pesquisado (guardadas as devidas proporções) e, portanto, não bastava emitir minha opinião baseada num apanhado de conceitos da criminologia crítica, com esperança de legitimar a argumentação, evocando minha

experiência individual. Eu precisaria fornecer uma compreensão sociológica que explicasse as associações possíveis entre diferentes conhecimentos sobre a realidade violenta que, aos meus olhos, era clara e pungente e tentar contribuir efetivamente a partir da minha formação. Se por um lado, pesquisar um grupo do qual faço é um risco de enviesar minha análise, por outro, tinha esperança de que meu lugar social pudesse me proporcionar um potencial ponto de vista privilegiado sobre a realidade a qual estou inserido (HOOKS, 2000 [1984]).

Ao longo do curso, tive a sensação de que minha proposta não teria lugar na sociologia, pois o que era evidente para mim em relação ao racismo, à pauta do genocídio e à seletividade penal, era contestado por vários professores e ignorado por praticamente todos os programas das disciplinas de graduação. Dentro do ambiente universitário, comecei a perceber que há, antes de tudo, incessantes discussões epistemológicas sobre a consideração do momento histórico do encontro colonial como ponto crucial para a teoria social da modernidade (CONNELL, 2012). A trajetória de graduação me fez dar mais e mais passos para trás, vislumbrando pavimentar um caminho de pesquisa e, só posteriormente, investigar minhas suspeitas ou interrogações anteriores. Precisava entender como o racismo estava explicado sociologicamente, que historicidade cada conceito carregava, e apenas então partir para estudar prisões, violência e como masculinidades estão envolvidas nesses temas.

Ao me aproximar do campo da sociologia da violência, em um segundo PIBIC – que estava conectado a um projeto guarda-chuva, "Sociabilidades juvenis na periferia do Distrito Federal: um estudo comparado sobre a relação entre jovens e policiais no Jardim Roriz (Planaltina) e no Sol Nascente (Ceilândia)", coordenado pela professora Haydée Caruso[1] – busquei analisar os artigos brasileiros que pesquisavam delinquência juvenil. Meu objetivo era entender como estes artigos tratavam raça e os homens negros em seus textos. Como esse levantamento cobria a produção sobre violência e juventude nas revistas mais conceituadas da sociologia nos últimos vinte anos, considerei que seria uma boa amostra para se ter um diagnóstico preliminar acerca da relação entre raça e sociologia da violência.

Nos textos que levantaram o perfil dos jovens pesquisados, todos faziam a seguinte descrição: "O perfil dos adolescentes em medidas socioeducativas – 69% são pretos ou pardos, 65% têm renda familiar até dois salários-mínimos, 48% não estudam e 79% não

[1] Professora Associada do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. atualmente coordena o Programa de Pós-Graduação em Sociologia - PPGSOL/UnB. Foi investigadora visitante de pós-doutorado no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (2017/2018). Coordena o Laboratório de Ensino de Sociologia Lélia Gonzalez. Possui ênfase nos seguintes temas: segurança pública, justiça criminal, administração institucional de conflitos, cultura policial e juventudes.

trabalham" (Marinho e Vargas, 2015. p. 289); "O próprio perfil das vítimas (jovens do sexo masculino, pretos ou pardos, baixa escolaridade, mortos com armas de fogo, em via pública, dentro de vilas e favelas)" [...] (BEATO e ZILLI, 2012. p. 74). Cheguei à conclusão de que todos conseguiam sim identificar que o perfil dos jovens mais atingidos pela violência urbana eram os jovens negros e pobres com baixa escolaridade, mas aparentemente, nenhum dissertava sobre o impacto desse perfil para uma maior incidência na realidade violenta.

Já sobre o que era desenvolvido a partir da identificação desse perfil percebido pelos pesquisadores, a conclusão que alcancei foi a fornecida por Jacqueline Sinhoretto, que escreve em seu artigo "Violência e racismo: novas faces de uma afinidade reiterada", de 2018, que a categoria raça (e outros termos que remetem ao debate racial) está sim presente nas pesquisas, mesmo que de maneira precária, mas como parte do enunciado do argumento, um atributo no perfil dos grupos estudados, o que impossibilita tratar raça enquanto uma chave explicativa para a delinquência juvenil (SINHORETTO, 2018).

Na pesquisa de Sinhoretto, novamente recebi um reforço para entender que minhas dúvidas não eram só minhas. Após afirmar a impossibilidade de se analisar violência pela chave de raça, Sinhoretto pondera se

> Talvez a escassez de dados e a dificuldade em obtê-los, ou o quadro teórico que predominou entre os intelectuais que procuraram interpretar a violência e o funcionamento das instituições, ou a escassez de intelectuais negros nas universidades, ou ainda por outras razões que não são evidentes, tenham feito com que a raça sempre estivesse presente nos enunciados sobre a violência no Brasil como um atributo dos indivíduos capaz de descrever a desigualdade de tratamento, mas as relações étnico-raciais raramente tenham sido acionadas como elemento explicativo ou como componente indissociável da interpretação dos fenômenos violentos e de seu tratamento institucional (SINHORETTO, 2018. p. 16).

É importante reparar que esta reflexão se refere ao campo de estudos da violência, em geral, além da delinquência juvenil, e a intenção de propor uma interpretação dos fenômenos violentos com o racismo como componente indissociável não é a de dizer que eles são inteiramente derivados do racismo, mas que o racismo também os encontra e os atravessa em maior ou menor grau. Tal entendimento demanda também entender o que é o racismo, para além de chavões sobre o racismo estrutural. Comecei tentando explicar o racismo, como se ninguém tivesse o feito ainda. Logo mais, fui percebendo que havia diversas teorias relevantes sobre o assunto e faria mais sentido tentar explorar uma delas que me parecesse mais útil para alcançar os problemas de pesquisa que eu enxergava.

Esta experiência foi um passo importante para delinear melhor meu objeto de estudo. Hoje, considero possível haver um vício metodológico nas pesquisas da sociologia da violência com que tive contato. Este vício consiste na delimitação de um objeto de pesquisa – delinquência juvenil, por exemplo – pré-construído pelos problemas sociais e por seus pressupostos teóricos, devendo-se, portanto, considerar que este objeto abrange toda a tradição intelectual, metodológica e acadêmica as quais os pesquisadores estavam filiados (BOURDIEU, 1998). Seria possível indagar que os objetos de pesquisa da sociologia da violência seriam pré-construídos por paradigmas científicos que excluíram o fato colonial da discussão sobre a modernidade, caso me utilizasse de teorias decoloniais ou pós-coloniais.

A partir deste ponto, teria como missão discutir como o debate em volta de uma teoria da modernidade proporciona diferentes categorias interpretativas e conceitos já sistematizados por uma ou outra rede de pesquisadores (BERNADINO-COSTA e GROSFOGUEL, 2016), pois, se acredito que o aparato epistemológico realiza uma interpretação incompleta ou imprecisa da realidade, no tocante à relação entre raça, gênero e violência no Brasil, devo operar então uma ruptura epistemológica, posicionando o atual aparato epistemológico no lugar de obstáculo à compreensão da realidade, com a ambição de descrever, dentro de um longo e vindouro programa, um novo conhecimento útil à pesquisa sociológica, pois "no fundo, o ato de conhecer dá-se contra um conhecimento anterior, destruindo conhecimentos mal estabelecidos" (BACHELARD, 1996, p. 17).

Isto significa dizer também, que considero insuficientes, apesar de historicamente importantes, as tradições teóricas da sociologia da violência que abriram portas para o estudo de homens e masculinidades na violência. Nesse ponto, me refiro principalmente à antropóloga Alba Zaluar que, em 1994, "inaugurou a inserção das masculinidades nos estudos da violência" (PAMPLONA e BARROS, 2021, p. 3) em seu texto "Condomínio do Diabo", acompanhada de outros pioneiros, como Luís Antonio Machado da Silva, Michel Misse, Roberto Kant de Lima, entre outros. Aliás, de acordo com o livro o "As Ciências Sociais e os Pioneiros nos Estudos sobre Crime, Violência e Direitos Humanos no Brasil" – uma série de entrevistas com os pioneiros da sociologia da violência numa obra organizada por Renato Sérgio de Lima (2011) – reafirmo minha preocupação com a tradição do campo, citando uma das falas de Michel Misse sobre a abordagem teórica na sociologia da violência:

> A abordagem teórica na nossa área é muito fraca, quase inexistente. [...] Roberto Kant tem uma contribuição teórica muito importante, das mais abrangentes e

> influentes. O esforço antropológico de Alba Zaluar para compreender o que se passa entre os jovens do tráfico é também relevante e influente – a questão da masculinidade, do *ethos* guerreiro, do *ethos* do provedor – tudo isso é parte de um grande esforço analítico, mas sem dúvida alguma temos muito ainda a caminhar (LIMA, 2011, pp 22-23).

Os singulares esforços teóricos, neste campo, faziam referência imediata a conceitos consolidados em escolas sociológicas estrangeiras e logo se transformaram em verdadeiros pontos de referência para embasar diversos trabalhos empíricos sobre violência. O conceito que melhor representa esta tradição é o "*ethos do guerreiro*", trabalhado por Zaluar e com origem no trabalho de Norbert Elias (1997[1989]). O conceito foi articulado para compreender as relações violentas entre jovens envolvidos com o tráfico de drogas no Rio de Janeiro, valendo-se de uma interpretação guiada por análises preponderantemente de gênero, em que a violência cumpriria uma função ritualística de "saída definitiva da infância e a aceitação, por parte dos pares, dos jovens no mundo dos homens" (ZILLI, 2015, p. 468). Acompanhado desta noção de violência, estava a forte conexão entre os locais mais pobres e a violência urbana, que, por sua vez, afetava majoritariamente homens, pois eles seriam os que tinham o amplo acesso à vida pública (ZALUAR, 1981).

Diante disso, comungo da crítica do antropólogo Osmundo Pinho ao relatar que os "rituais de masculinidade têm sido descritos [...] como demonstrações de força, engendrando uma certa retórica de violência e autodeterminação que coloca o homem no centro das representações de poder e dominação" (PINHO, 2005. p. 138) quando, na verdade, explica Pinho, há outras clivagens a serem consideradas, que turvam estas mesmas representações de poder.

Percebi, contudo, que essas tradições ainda são amplamente reproduzidas na sociologia da violência, o que foi ratificado na mais nova revisão bibliográfica sobre produções no tema "masculinidades" da Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB/ANPOCS. Esta revisão, intitulada "As masculinidades à brasileira: um balanço das produções sobre o tema nos periódicos científicos", elencou o conceito de "*ethos guerreiro"* como um dos principais referenciais teóricos quando se associa masculinidades e violência (PAMPLONA e BARROS, 2021, pp. 10-11). A pesquisa também traz, como uma de suas conclusões, a percepção de que "grande parte dos artigos centraliza sua análise na pesquisa empírica, baseando suas análises mais nos achados do campo [...] do que em uma produção que parta de construções teóricas prévias definidoras da masculinidade" (Idem, p.15).

A violência, nos artigos em que está associada à masculinidade, parece naturalizada como uma expressão de poder generificada, um possível tropo dos estudos sobre homens e masculinidade, o que poderia mascarar as relações entre violência e colonialismo, por exemplo, e seu respectivo papel na historicidade das práticas de gênero no Brasil (PINHO, 2005). Pinho completa o raciocínio, dizendo que a clivagem racial na masculinidade acompanha a historicização da raça e incorpora à masculinidade "as contradições e ambivalências típicas de estruturas de dominação de raça e gênero" (Idem, pp. 138-139), e isto deve ser considerado nos estudos da masculinidade e do masculino, inclusive quando se trata dos estudos da violência.

Uma das lacunas que senti ao observar sistemas teóricos serem traduzidos e importados dos clássicos para observar o Brasil, era a diferença ou não correspondência histórica entre o Brasil e os países de origem dessas teorias. Havia uma diferença importante, que fora destacada por Connell (2012), em seu artigo "A Iminente Revolução na Teoria Social":

> a formulação de conceitos e métodos para analisar uma sociedade desprovida de determinações externas. Isso implica dizer que suas metodologias teóricas excluem o colonialismo. Eles não escrevem a partir da experiência social de quem foi colonizado, ou se envolveu na colonização, ou ainda está imerso numa situação neocolonial. E, na verdade, suas imaginações teóricas não incorporam o colonialismo como um processo social significativo (CONNELL, 2012, p.10).

Após as reflexões até agora resumidas, redigi um projeto de pesquisa que organiza uma revisão bibliográfica dos artigos sobre homens negros e masculinidades negras e suas intersecções com a sociologia da violência no Brasil. O projeto foi aprovado no processo seletivo do Programa de Pós-Graduação de Sociologia da Universidade de Brasília (PPGSOL/UnB), mas uma pergunta feita a mim, ainda na fase de entrevistas, tomou lugar na em minha agenda durante meses: "*Como você vê as masculinidades negras, sociologicamente?"*. Uma pergunta que corresponde a todos os cuidados levantados por mim nesta apresentação.

Naquele momento, não quis elaborar uma resposta que revelasse alguma afiliação teórica, pois havia identificado uma falta de coesão entre referenciais teóricos durante uma pesquisa preliminar, enquanto elaborava o projeto de pesquisa. Observei que apenas descrever literalmente a categoria de masculinidades negras, tema de estudo da sociologia desde os anos 60, nos Estados Unidos (YOUNG, 2021), sem referenciar um certo caminho epistemológico,

incorreria na mesma lacuna que critiquei anteriormente. É preciso discutir como a categoria "masculinidades negras" está composta por uma série de referenciais teóricos que demandam uma ruptura epistemológica, em certo grau, com as tradições intelectuais do campo da sociologia da violência. Assim, solicitei a matrícula na habilitação de bacharel[2] para, então, dedicar uma monografia à discussão da construção dessa categoria e de como ela pode representar novas possibilidades para a Sociologia da Violência, especialmente no Brasil.

Trata-se de um pequeno ensaio teórico, que destaca alguns conceitos que saltam à uma discussão apropriada sobre masculinidades negras. A despeito do risco em importar categorias e conceitos estrangeiros e, consequentemente, importar problemáticas tácitas que refletirão nos resultados das pesquisas futuramente, acredito que é sim possível evocar conceitos estrangeiros que correspondam à realidade nacional. Não por dependência da produção intelectual externa para lidar com a própria realidade, como se preocupava Guerreiro Ramos (1996 [1958]), mas por concordar com a ideia de se explorar o paradigma da "diáspora" como lugar epistemológico, onde há construção de críticas às diferentes desigualdades existentes neste sistema de traduções culturais e intelectuais complexas (HALL, 2009 apud CONRADO e RIBEIRO, 2017, p. 74), que abriga uma história de empréstimos, deslocamentos, transformações e reinscrições contínuas de saberes vernáculos, acadêmicos, estéticos e políticos (GILROY, 2001, p. 208 apud idem, 2017 p. 74).

Este trabalho está organizado em quatro partes. Após a introdução, dedicarei um primeiro capítulo à discussão sobre o conceito de masculinidades e a importância da interseccionalidade para se alcançar as masculinidades plurais e negras. No segundo capítulo discutirei a contribuição da performatividade, de Judith Butler e o impacto da teoria foucaultiana no tema. No terceiro capítulo, explicarei como a teoria foucaultiana se desenvolveu para a necropolítica, de Achille Mbembe. Então, no quarto e último capítulo, argumentarei sobre a pertinência deste conceito, explicando os impactos da racialização nas masculinidades.

É importante ressaltar que este singelo esforço teórico está profundamente ligado às demandas de uma futura dissertação de mestrado, atualmente em andamento. Um trabalho bibliográfico que necessita de certa base teórica para se inscrever futuramente no campo da sociologia da violência e manterá seu fio condutor na pergunta: *como enxergo sociologicamente masculinidades negras*?

---

[2] Grau de licenciatura em Ciências Sociais obtido em 2020, pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília - ICS/UnB.

1. A interseccionalidade para pensar masculinidades

Para começar a descrever ou propor uma visão sobre masculinidades negras, parece ser um bom exercício desmembrar a categoria e discutir uma palavra de cada vez. A começar por masculinidade, os dicionários da língua portuguesa atribuem o significado dessa palavra ao atributo de masculino ou másculo. Já a teoria sociológica realiza uma discussão e investigação bastante extensa sobre a condição masculina. O histórico de pesquisa do tema nas Ciências Sociais tem como ponto de partida o movimento de liberação masculina e a influência da psicologia dos papéis sexuais, mas não está limitado a estas influências (CONNELL, 1995).

Ao consultar uma revisão historiográfica, que relata as várias fases de discussão do tema "masculinidade" ao longo da história, poderíamos sintetizar (de maneira breve) uma linha do tempo constituída de seis principais momentos: i) o fim do século XIX, dos estudos evolucionistas e biologizantes sobre o masculino; ii) a dominância da psicanálise, no começo do século XX e a teoria dos papéis sexuais; iii) a crítica feminista, que se sucedeu dos anos 50 aos anos 90, e permitiu conceber gênero enquanto uma construção social; iv) o crescimento dos estudos sobre masculinidade, realizados por homens, com os estudos Gays, e o questionamento da incompatibilidade de modelos de dominação masculina e as diversas vivências dos homens; v) a fase de "crise da masculinidade" em detrimento dos estudos de Bourdieu sobre dominação masculina; vi) Connell e a teoria das masculinidades hegemônicas (BOTTON, 2007).

A título de nota, poderíamos inserir, como último ponto dessa "linha do tempo" formulada por Botton (2007), a perspectiva desconstrutivista de Butler, que, em diálogo com outras referências pesquisadoras dos movimentos sociais *queer*, proporcionou, a partir dos anos 90, uma abordagem teórica de gênero, pós-identitária, anti-essencialista, que ultrapassasse o uso de um rol de identidades de gênero nas tipologias propostas por pesquisas do campo (ÂNDREO *et al*, 2016). A contribuição de Judith Butler, na discussão sobre masculinidades, será aprofundada mais à frente, mas de maneira geral, podemos apresentar uma síntese da proposta da teoria *queer*, em termos butlerianos, por meio das palavras do pesquisador Leandro Brito:

> A teoria *queer* dá sentido à centralidade da dissonância entre gênero e sexualidade, demonstrando possibilidades para que a sexualidade não seja constrangida pelo gênero, de modo a romper a causalidade reducionista de argumentos que vinculam as duas categorias e mostrar possibilidades para o gênero que não estejam predeterminadas por uma matriz heterossexual (BRITO, 2021. p. 9)

Longe de pretender recontar o histórico dos estudos sobre masculinidade, importa registrar a relevância do desenvolvimento da categoria gênero nas Ciências Sociais, o que possibilitou, posteriormente, desenvolver os atuais entendimentos sobre masculinidades. Numa sociologia que já investigava as diferenças sexuais, a categoria gênero se tornou um conceito interdisciplinar, que considerava essas diferenças como construções organizadoras de modos de ser e modelos de comportamentos (KÜCHEMANN *et al*, 2015). Esse conceito emerge após pressão de movimentos sociais feministas e de mulheres, que defendiam o uso de uma categoria de análise que revelasse a "dimensão social nos fenômenos que parecem naturais. Evidencia também as estratégias de poder que naturalizam as relações sociais que implicam em diferentes relações de poder" (Idem, p. 65).

Parto do entendimento mais avançado que se tem sobre o tema, que, em termos sociológicos, está representado pelo conceito de "masculinidades hegemônicas" de Raewyn Connell (2013). O termo, cunhado na década de 80, aparece pela primeira vez numa pesquisa de campo sobre desigualdade social em escolas australianas e seus resultados foram compilados e discutidos numa pesquisa posterior, com o título de "*Towards a New Sociology of Masculinity*" (CARRIGAN, CONNELL e LEE, 1985). O artigo propunha um novo modelo de masculinidade que se expressava em múltiplas relações de poder, que foi rapidamente integrado a uma teoria sociológica de gênero e seu livro "*Gender and Power*" (1987) se tornou "a fonte mais citada para o conceito de masculinidade hegemônica" (CONNELL e MESSERSCHMIDT, 2013, p. 243).

Masculinidades não devem ser consideradas como equivalentes a homens, mas sim um processo de configuração de práticas de gênero, que se expressam em relações atravessadas por instituições sociais, processo este centrado na dominação global do masculino sobre o feminino (CONNELL, 1987). Na dominação global masculina está um referencial estrutural e geral, mas nas instituições sociais há um referencial local, que concede o entendimento de que, por mais que as configurações de práticas de gênero correspondam necessariamente a um "fato estrutural global" (ibid., p. 183), elas também correspondem a constructos históricos políticos locais (CONRADO e RIBEIRO, 2017, p. 81).

A respeito do caráter local, as masculinidades podem ser analisadas como formas de se posicionar socialmente, através de práticas discursivas (CONNELL, 1995), observada a distribuição de poder decorrente das instituições sociais locais. Ou seja, trata-se de uma análise relacional, e não posicional. Por isto, se há hegemonias[3], marginalizações e subordinações entre práticas de gênero, todos esses aspectos estão inseridos na historicidade do gênero em dada sociedade e suas formas não deverão ser vistas como transhistóricas, mas completamente flexíveis aos contextos sociais a que estão inseridos.

Há também que se destacar os históricos de recusa e resistência, tanto aos estigmas conferidos às masculinidades subalternizadas quanto às suas possíveis vantagens residuais, bem como as lutas sociais de lugares subordinados, também influenciam formas dominantes (CONNELL e MESSERSCHMIDT, 2013), pois esta complexa dinâmica é que escreve a historicidade das práticas de gênero de diferentes maneiras em diferentes sociedades.

A ideia de uma hierarquia de masculinidades é resultado de estudos sobre a experiência de homens homossexuais em relação à violência e preconceito de homens heterossexuais. A contribuição do movimento da Liberação Gay, contudo, iluminou uma das mais importantes características do conceito de masculinidades hegemônicas, que era o questionamento de qualquer reivindicação universalizante sobre a categoria homem, relegando os dividendos do patriarcado principalmente às masculinidades hegemônicas e destacando que estas não eram majoritárias, e sim minorias de grande capacidade normativa (ibid., p. 243).

De fato, a ideia de hegemonias e dissidências entre as diversas formas de masculinidade permite lidar melhor com o já mencionado trecho que coloca, em última instância, a manutenção da dominação global masculina sobre as mulheres como uma característica que outrora parecia indissociável a esta configuração de práticas sociais de gênero. Tal entendimento possibilitou também que Connell reconhecesse que as futuras críticas feitas ao conceito, a partir de discussões sobre racismo, poderiam ser verdadeiras contribuições para a não universalização da categoria homem (ibid., p. 245).

O que se conclui da revisão operada por Raewyn Connell e James Messerschmidt (2013) a respeito do conceito de masculinidades hegemônicas, vinte anos após seu primeiro uso, é que praticamente todos os estudos etnográficos que testaram este conceito identificaram

[3] É importante lembrar que que "hegemonia" é entendida como conceito gramsciano, pois este conceito abarca a noção de historicidade, conquista e mudanças. Nas palavras da própria autora, "a hegemonia significava a ascendência alcançada através da cultura, das instituições e da persuasão" (CONNELL e MESSERSCHMIDT, 2013, p. 245)

a influência complexa de múltiplas desigualdades e diversas transversalidades que não permitem afirmar apenas uma opressão determinante na estruturação de padrões de masculinidades.

Pensar masculinidades seria, portanto, fundamentalmente um exercício interseccional, com vistas a fugir de análises unicategoriais (CONRADO e RIBEIRO, 2017), sendo a interseccionalidade um instrumento analítico paradigmático que permite ampliar os tipos de registro, conferindo-lhes significado sociológico com base em seus potenciais cognitivos e experiências vivenciais, evitando recair em tipos fundamentais de opressão (COLLINS, 2009 [2000]).

A ferramenta analítica da interseccionalidade, cunhada pela jurista estadunidense Kimberle Crenshaw, em 1989, mas detalhada em 1991, tem origem no pensamento e nas pautas do feminismo negro estadunidense (AKOTIRENE, 2019). O conceito surge da necessidade de se discutir a marginalização das mulheres negras e suas experiências enquanto contribuições epistemológicas, tanto para as teorias feministas, quanto para os movimentos políticos antirracistas. A professora de Direito explica que:

> These problems of exclusion cannot be solved simply by including Black women within an already established analytical structure. Because the intersectional experience is greater than the sum of racism and sexism, any analysis that does not take intersectionality into account cannot sufficiently address the particular manner in which Black women are subordinated Thus, for feminist theory and antiracist policy discourse to embrace the experiences and concerns of Black women, the entire framework that has been used as a basis for translating "women's experience" or "the Black experience" into concrete policy demands must be rethought and recast[4] (CRENSHAW, 1989, p. 141).

Neste trecho é possível apreender a preocupação em não entender a interseccionalidade como mera soma de sistemas de opressão estanques. Podemos ir além desta noção e buscar entender, por exemplo, como a interação entre diferentes eixos de opressão, em um determinado contexto, pode transformar estes eixos em formas distintas e específicas (PEREIRA, 2021). Considerar a interseccionalidade num patamar de preocupação

[4] "Estes problemas de exclusão não podem ser resolvidos simplesmente incluindo mulheres negras numa estrutura analítica já estabelecida. Como a experiência interseccional é maior que a soma de racismo e sexismo, qualquer análise que não considere interseccionalidade não consegue alcançar suficientemente a maneira particular na qual as mulheres negras são subordinadas. Assim, para que a teoria feminista e o discurso político antirracista aceitem as experiências e preocupações das mulheres negras, todo o quadro teórico que tem sido usado de base para traduzir "experiências das mulheres" ou "experiência negra" para demandas políticas concretas deve ser repensado e reformulado" (Tradução própria).

metodológica significa observar mais que uma soma de grupos de opressão, e sim as relações interseccionais que emergem de um determinado contexto, em comparação com os principais efeitos esperados de sistemas de opressão, da maneira mais tradicionalmente estudada (CHOO e FERREE, 2010).

Os usos do conceito tomaram relevância sociológica, talvez mais ampla do que fora anteriormente pensado por Crenshaw. No momento em que o conceito é cunhado, havia a intenção imediata de repensar o quadro teórico que guiava o campo do direito e seus movimentos antirracistas (COASTON, 2019), enquanto havia também uma preocupação heurística em evitar a centralização de uma opressão fundamental, usando a experiência de mulheres negras como ferramenta metodológica relevante (COLLINS, 2009).

Se por um lado, há sérios riscos em basear análises na experiência de apenas um ou poucos sujeitos de pesquisa – risco no qual as teorias críticas da raça comumente recaem – (SUBOTNIK, 1997), centralizar em experiências individuais demonstrava como não se poderia tratar categorias de opressão de maneira estanque, o que culminou numa proposta metodológica amplamente aceita na sociologia das relações de gênero (HENNING, 2020). O conceito carrega, portanto, contribuições epistemológicas originárias do feminismo negro (CONRADO e RIBEIRO, 2017) e contribuições metodológicas para evitar análises monocategoriais e preservar o aspecto relacional numa sociologia que busca observar a interação entre sistemas de opressão (CHOO & FERREE, 2010).

Considerando que a teorização sobre masculinidades negras teve portas abertas pelas reflexões críticas do feminismo negro, sobre a ligação entre masculinidades tóxicas e homens negros (YOUNG, 2021), entendo que senão a partir da ferramenta metodológica (a interseccionalidade) fornecida por este movimento, não é possível pensar uma categoria de masculinidades negras. Voltando às inferências de Jacqueline Sinhoretto a respeito da incapacidade de se explicar a incidência da clivagem racial nas pesquisas sobre violência, poderíamos questionar se a interseccionalidade compõe as tradições metodológicas da sociologia da violência.

Este questionamento demanda uma pesquisa dedicada exclusivamente a ele, mas caso futuramente se conclua que, de fato, a interseccionalidade não compõe tradições metodológicas da sociologia da violência, poderíamos inferir que a sociologia da violência, tal como hoje está configurada no Brasil, não lança mão em seu repertório de análise, da

categoria "masculinidades negras" e esta seria, ao meu ver, a primeira demanda epistemológica para este campo disciplinar.

2. A contribuição de Butler: da performatividade ao biopoder

Na transição da discussão de masculinidades para masculinidades negras está outra perspectiva teórica que aborda as masculinidades e projeto um caminho diferente, mas não completamente oposto, para se pensar gênero. Trata-se da perspectiva desconstrutivista de Judith Butler, centralizando as obras “Subjects of Desire” (1984), “Gender Trouble” (1990) e “Bodies That Matter” (1993). A discussão que será colocada sobre esta perspectiva traz algumas possibilidades de usos sobre gênero, mas sobretudo faz emergir uma outra discussão sobre bifurcações na interpretação dos estudos de Michel Foucault. Nesta discussão pretendo tomar partido de uma interpretação específica (a de Achille Mbembe) e argumentar sua pertinência.

Começando por Judith Butler, que concluiu sua formação com um Ph.D na Universidade de Yale, nos Estados Unidos, poderemos notar como sua formação em meio ao movimento de liberação sexual e contracultura (dos anos 60 e 70), e seu interesse pela filosofia e psicanálise francesas produziu um importante debate sobre perspectivas de gênero, que levou, por exemplo, ao artigo “Foucault e o Paradoxo das Inscrições Corporais” (1989), ou também o artigo diretamente vinculado à sua tese “Os Atos Performativos e a Constituição do Gênero” (1988), artigo este muito referenciado para tratar do tema masculinidades.

Para chegar na ideia de performatividade, Butler começa sua narrativa por uma crítica à publicação de Foucault dos diários de Herculine Barbin (1982). Para a filósofa, aquilo foi uma romantização de Foucault sobre a vida de uma pessoa hermafrodita (intersexo, designada como do sexo feminino ao nascer), que sugeria um limbo sem sexualidade, e esta ideia contradizia justamente o que Foucault teria proposto em “História da Sexualidade: Vol. I” (1976), ao afirmar que não há sexualidade liberada das relações de poder ou corpo exterior à lei (BUTLER, 1989).[5]

Apesar de Foucault criticar a ligação naturalizada entre sexo e gênero, ele afirma não haver sexo que não seja produzido por uma intersecção de vários discursos de poder aplicados

[5] Tradução de Nilton Augusto Duarte Chagas. Ver: DAS CHAGAS, Nilton Augusto Duarte. Foucault e o Paradoxo das Inscrições Corporais. *PERI*, v. 13, n. 3, p. 228-235, 2021.

pelo dispositivo da sexualidade, mas haveria ainda uma série de prazeres que não seriam fruto de alguma interação de discurso-poder (FOUCAULT, 1994. p. 146). Judith Butler afirma, em primeira instância, que o sexo produzido a serviço do controle da sexualidade oculta e unifica uma variedade de funções sexuais, e pode aparecer como causa de todo tipo de relação, prazer ou desejo, como se fossem específicos de determinado sexo (BUTLER, 1989).

Na perspectiva foucaultiana[6] a "história é compreendida como a criadora de valores e significados, aquela prática significante, que requer a sujeição do corpo com a intenção de produzir o sujeito falante e as suas significações" (DAS CHAGAS, 2021. p. 230), ou seja, tornar-se sujeito significa estar sujeito. Deste modo, o corpo está sujeito à prática significante da história, que o inscreve e o destrói, como se houvesse então, algo anterior a esta inscrição, indaga Butler (1989). Por isso, talvez, Foucault enxergasse, na história de Herculine Barbin, uma possibilidade de resistência que se opusesse ao dispositivo da sexualidade.

Foucault parece propor que existem duas formas de resistência, que devem ser diferenciadas: aquelas com apelo ao sexo e ao desejo; e aquelas com apelo aos corpos e prazeres. A primeira reforça as estruturas de poder contras as quais elas investem, fortalecendo um efeito de espiral e luta perpétua entre poder e resistência. A segunda constitui uma prática de discurso capaz de inventar maneiras alternativas e criativas de enfrentar e desmontar preceitos de um determinado dispositivo de poder-saber, abrindo fraturas em seu interior (DUARTE e ASSIS CÉSAR, 2019. p. 39) – e talvez esta segunda não seja devidamente considerada por Butler. Foucault sintetiza sua ideia na frase:

> É da instância do sexo que é preciso se liberar se, por meio de um retorno tático dos diversos mecanismos da sexualidade, quisermos fazer valer, contra as tomadas de poder os corpos, os prazeres, os saberes, em sua multiplicidade e em sua possibilidade de resistência (FOUCAULT, 1976, p. 208).

No caso de Herculine Barbin, a indefinição de seu sexo, seguida de suas experiências confusas em torno dos discursos de gênero, poderia constituir experiência criativa com apelo aos corpos e prazeres. Uma experiência de resistência reprimida pelo discurso jurídico, que por fim, julga qual deverá ser o verdadeiro sexo de Herculine (FOUCAULT, 1983[1974]).

---

[6] Os conceitos de história, sujeito, inscrição e corpo, discutidos em Butler e desenvolvidos por Foucault, estão mais detalhados nas obras "História da Sexualidade: Vol. I" (FOUCAULT, 1976) e "Vigiar e Punir" (1975). A despeito de sua importância para a discussão desta sessão, não quis expor um por um, pois não é este o foco da argumentação. A referência direta que faço nesse parágrafo é da tradução de "Foucault e o Paradoxo das Inscrições Corporais", de Butler, realizada por Nilton Duarte Augusto das Chagas (2021).

Além de criticar a entrega com a qual Foucault adere aos escritos de Herculine Barbin, Butler afirma que o filósofo possui uma concepção muito jurídica de poder e não enxerga bem, nem a questão da resistência, nem como o corpo é constituído pelo discurso, de maneira adequada (SPITZNER, 2017).

Para Butler então, é preciso entender o corpo como superfície inscrita das relações de gênero (Ibid., p.5), como era proposto na "História da Sexualidade: Vol. I" e havia disso contradito no Diário de Herculine Barbin (BUTLER, 1989). Logo, se o corpo é intrinsecamente sexuado, não há possibilidade de existir fora do alcance do poder discursivo, pois esse é produzido por este. Se a sujeição destrói o corpo que produz e não há como escapar do poder jurídico (FOUCAULT, 1976), que se vale do dispositivo da sexualidade para inscrever os corpos, como seria possível alguma autonomia? Quem dirá resistência? Nesta relação paradoxal, Butler entende que é preciso aprimorar a noção de poder discursivo de Foucault e sua proposta consiste em aproximar a psicanálise da filosofia foucaultiana (BUTLER, 1989).

O corpo, em "Vigiar e Punir: o Nascimento da Prisão", é construído por uma matriz discursiva e o discurso é uma prática ligada ao poder, a processos. Neste caso, há princípios normativos e reguladores sobre a formação do corpo e esses princípios são os princípios do poder disciplinar (FOUCAULT, 1975), mas Foucault negava a linguagem da internalização, advinda da psicanálise (BUTLER, 2018 [1999]). Então, como dialogar com a linguagem da inscrição e a prática de poder discursiva?

Ainda em Vigiar e Punir (1975), Foucault se atém ao contexto de observação de prisioneiros para explicar a dinâmica das inscrições. Ele explica que a estratégia de exercício do poder não se dava pela repressão de impulsos anteriores à condição de prisioneiros, mas por fazer seus corpos significarem a lei proibitiva como se ela representasse a essência dos prisioneiros. O corpo se torna veículo de inteligibilidade da lei e dessa forma o corpo seria socialmente reconhecido. É produzida uma figura de alma por meio da inscrição no corpo, produzindo também a ilusão de profundidade e/ou essência (DAS CHAGAS, 2021. p. 232).

Quando Butler fala sobre a alma, ela afirma que é a alma que produz o prisioneiro enquanto sujeito, porque sua sujeição é assegurada pela maneira que a alma se torna um princípio de sua formação material como sujeito – baseada na ideia de internalização, da psicanálise. Neste ponto, Butler tenta avançar, chamando de internalização psíquica, o que

antes seria a alma (BUTLER, 1990). Isto permite abrir um arcabouço teórico da psicanálise e introduzir a noção de produção do gênero por atos performativos.

Butler faz uso do ferramental teórico de Freud para entender o processo de internalização, como algo ligado ao narcisismo, numa questão de transição entre a incompletude do *eu* (recalque), até a completude, questão é atravessada durante o processo de socialização. A instância da cultura representa o *outro*, que determina o que é necessário para alcançar a completude. A completude é desejo até que seja alcançada, pelo processo de socialização. A partir deste ponto, o *eu* se alia ao *super-eu*, quando o desejo se transforma em lei. Se a incompletude do *eu* é o recalque, todo processo de assujeitamento nasce parcialmente falho (incompleto), então a psiquê se forma sim com possibilidades de escape aos processos normalizadores (Idem, 1990).

> Em "The History of Sexuality Volume 1" (1976), Foucault observa que, na psiquiatria e jurisprudência do século XIX, a elaboração discursiva da homossexualidade e outras práticas sexuais minoritárias provocou aumento da regulamentação de um domínio que, anteriormente, tinha sido apenas categorizado como "perversão". No entanto, ao fazê-lo, também se tornou possível a formação de um discurso inverso em que os homossexuais formulassem exigências por direitos na mesma linguagem que havia sido usada para patologizá-los (SPITZNER, 2017. p. 23).

Já Butler, como vimos, apresenta condições de criticar esta ideia de discurso reverso e propor outras formas de resistência, partindo da psicanálise. Dessa forma, Butler recorre ao conceito de performatividade para explicar o conceito de significações sobre o corpo e como o discurso produz o sujeito. Performativos são apresentados como práticas corporais, moduladas pelo poder, produzindo corpos sexuados (BUTLER, 1990), pela repetição e reiteração do discurso, que aplica o poder foucaultiano (SPITZNER, 2017. p. 9).

A ideia de performativos é retirada de John Austin e sua teoria dos atos de fala. O performativo trata-se de uma declaração que indica que sua emissão já é a realização de uma ação (AUSTIN, 1975 [1962]). Adepta à filosofia da linguística de Wittgenstein (1953), Butler entendia o papel da linguagem na construção do mundo social (BUTLER, 1990) e por isso dizia que os atos performativos citavam as normas de gênero, e através de um poder reiterativo realizavam a materialidade do corpo. Desta forma, existe "propensão à repetição para desviar de normas regulatórias, e, assim, apresentar a possibilidade de sujeitos conscientemente proliferando configurações alternativas através de atos performativos" (SPITZNER, 2017. p. 16).

As tentativas de Butler em superar a separação paradigmática entre sexo e gênero geraram o entendimento de que performar uma identidade de gênero em uma narrativa significante possibilita desvincular corpo e comportamento esperado de determinado gênero (KELLER e ARAÚJO, 2017). Este entendimento pode ser bastante pertinente ao campo de pesquisa da segurança pública, que vem observando empiricamente grupos que buscam ressignificar práticas sociais, inclusive de gênero, para lidar com desafios da violência a qual são acometidos.

Um trabalho chave para esta discussão é a etnografia escrita por Fátima Cecchetto, Jacqueline Muniz e Rodrigo Monteiro, intitulada "Envolvido(a)-com o crime: tramas e manobras de controle, vigilância e punição" (2020). Esta versão do artigo foi publicada num dossiê de etnografias sobre justiça e criminalidade em perspectiva, da revista de Estudos Empíricos em Direito. O artigo propõe problematizar a categoria "envolvido-com o crime" para entender seus efeitos nas juventudes periféricas e a distribuição de "terapias punitivas" ou "resgate social" (CECCHETTO *et al*, 2020).

O artigo é originado do questionamento da expressão "envolvido" ou "envolvimento", que os autores acreditam ser capaz de gerar nexos causais legitimadores de práticas de vigilância e punição e até "criminalizar toda e qualquer interação [...] em qualquer dimensão social" (ibid., p. 110). Acredito que o artigo possui diversas concordâncias, em relação a como os autores enxergam o poder discursivo. Neste caso, declarar alguém enquanto um "envolvido-com" significaria denunciar suas práticas criminosas, com dinâmica semelhante ao funcionamento dos atos de fala. Mais interessante é observar como os desdobramentos dessa expressão ainda guardam semelhanças com os desdobramentos dos performativos sobre o corpo[7], como vimos.

O primeiro ponto do texto "hipervigilância, supercontrole" mobiliza o ferramental foucaultiano sobre vigilância[8], mas demonstra como a população pesquisada percebe a vigilância, que é inclusive fortemente aplicada ao ato de fala. Deste modo, a fala se torna recurso estratégico e negociado. Na verdade, os autores perceberam uma economia política do ser, ficar ou estar envolvido. Nesta economia, jovens "manobram os significados expressos nos acionamentos da categoria envolvido-com" (ibid. p. 121) e esses significados podem ser

---

[7] A despeito dos autores tratarem como "manipulação da identidade deteriorada", de Goffman (1998) (Cecchetto *et al*, 2020. p. 124).

[8] Apesar de centralizar Foucault, reconheço que o texto mobiliza diversos autores que tenham tratado do tema, como Goffman, Bauman, Bourdieu etc. Isto também demonstra como os conceitos estão subservientes aos achados de campo, e não o contrário.

construídos pelo uso de determinadas roupas, marcas corporais, trejeitos no andar, informações no celular, mas principalmente, determinadas interações sociais.

Interessa saber que a vigilância exercida pela tutela do Estado, ou de grupos criminosos, subverte práticas significantes para apontar significados desejados, neste caso, negativos. Por isso, a reflexão "basta estar do lado para se tornar um envolvido-com" (ibid. p. 138). Aqui, há uma relação entre performance, vigilância e controle social. Em termos foucaultianos, esta relação viria de duas instâncias em diálogo, formando o biopoder: o poder disciplinar, regendo a anatomia política do corpo; e a biopolítica, que ultrapassa os limites do corpo e alcança a população, exercendo a soberania para preservar a vida, mesmo que isto signifique inúmeros massacres (FOUCAULT, 1994).

Após uma pequena excursão por um trabalho empírico, voltemos para a discussão de performatividade uma última vez. É preciso lembrar que as noções de biopoder em Butler (1989; 1990) estão baseadas, principalmente, na "História da Sexualidade: Vol. I", onde os escritos mais incipientes acerca do conceito. Nessa data, Butler ainda tinha acesso aos cursos lecionados por Foucault, no College de France, posteriormente publicados sob o título de "O Nascimento da Biopolítica" (2018), portanto a noção de biopolítica possível naquele momento era uma noção apenas anatomopolítica (centrada no poder disciplinar), que entende o biopoder apenas como tecnologia de poder que disciplina corpos, a fim de moldá-los ao desenvolvimento do capitalismo (MORAES e CHAVES, 2019).

Nesta chave, Butler concorda com Foucault ao observar uma ligação entre o direito à vida (e à morte) com o direito pátrio romano, isto é, a ideia de soberano, cuja soberania se exerce ao decidir sobre o direito à vida e à morte (FOUCAULT, 1994). O que ocorre é que, posteriormente, Foucault desenvolve sua ideia de soberania, pautada não mais na vontade do soberano, mas na legalidade. Esta transição mudou as formas de fazer matar e deixar viver, de forma que acompanhasse uma nova compreensão de massificação dos indivíduos e a diferenciação entre homem-espécie e homem-corpo (MORAES e CHAVES, 2019). Agora, o deixar viver remete à espécie, e o fazer matar remete ao corpo. Esta é a "nova tecnologia de poder que integrou a disciplina e a modificou, [...] chamada de biopolítica" (ibid. p. 69), em sua concepção mais completa.

Portanto, todo este percurso buscou demonstrar como a ideia de performatividade pode ser útil para pesquisas, no sentido de entender como sujeitos ressignificam práticas discursivas, como forma de manobrar identidades, ou lidar com problemas sociais diversos.

Porém, há de se notar que existe, nas bases desse aparato conceitual, limitações teóricas – neste caso, determinadas pelo tempo histórico – que guiam o uso dos conceitos para determinados caminhos. Fato é que estes caminhos são variados e, a seguir, pretendo discutir alguns deles, com o objetivo de chegarmos a mais uma possível contribuição para os estudos da violência e segurança pública: o uso do conceito de necropolítica.

3. A necropolítica: uma bifurcação no caminho do biopoder

Numa disciplina de Teorias Sociológicas Contemporâneas, já no curso de mestrado do PPGSOL (UnB), tive a oportunidade de conectar minha própria agenda de pesquisa, inserida no campo da segurança pública e racismo, a outras agendas, como o programa do Interacionismo Simbólico, da terceira geração da Teoria Crítica, entre outras. Fui apresentado também a um programa de pesquisa diferente do que eu achava que conhecia, acerca do poder e sociedade disciplinares. Desta vez, vi se desenvolver, dos conceitos de Foucault, diagnósticos da sociedade concernentes à democracia, ao neoliberalismo, ao ciclo dos afetos e outras propostas.

Ao longo de todo o curso, o estranhamento de uma agenda familiar, sem dúvidas, foi o que me chamou mais atenção. Os estudos do neoliberalismo, herdeiros, em certa medida, da crítica de Arendt (1966), Fraser (2001), e Honneth (2003), agora munidos da teoria da sociedade disciplinar e do controle, de Foucault, estavam representados por Pierre Dardot e Christian Laval (2016). Minha curiosidade pelos desdobramentos deste programa, me levou a outras ementas, concernentes à sociologia política, onde encontrei outros representantes: Wendy Brown (2019) e Vladimir Safatle (2021).

Por ter certa afinidade com os escritos de Achille Mbembe, ao longo de minha formação, e não ser tão próximo da cadeira de sociologia política, e sim da sociologia da violência, tentei comparar brevemente os estudos deste autor, já familiar, com os estudos desse outro grupo que fora apresentado a mim. O exercício comparativo em minha leitura me revelou uma bifurcação nos usos do conceito de biopolítica, os quais deságuam em diferentes diagnósticos sobre a sociedade contemporânea e, mais importante, discutem a centralidade de diferentes problemas sociais e de pesquisa.

Primeiramente, é importante voltar ao significado de biopolítica, de maneira mais ampla do que já vimos, para então chegar ao conceito postulado por Michel Foucault (1978) de maneira mais detalhada. Nos anos 70, os cientistas políticos Peterson & Somit (1979) fizeram um apanhado dos principais temas relacionados ao termo "biopolítica". O debate sobre o termo, na época, pairava numa tendência em discutir a natureza humana e suas características biológicas em confluência com comportamentos políticos (LIESEN e WALSH, 2012). Essa perspectiva fundamentou a introdução da biopolítica como método científico no campo da Ciência Política, o que foi sintetizado por Thomas C. Wiegele: "in other words, biopolitics is an orientation to political inquiry that acknowledges the person as a complex, rational, emotional, and biological creature[9]" (WIEGELE, 1979, p.8).

O aspecto racial ainda não se fazia presente como eram presentes as discussões sobre ética, evolucionismo, fisiologia, farmacologia, avanços da biologia e seus efeitos na política. Foi Foucault que promoveu uma importante mudança na maneira de abordar a biopolítica, ainda no fim dos anos 70. O filósofo rompeu com as abordagens anteriores, uma vez que não considerava a biopolítica como um método ou uma subdisciplina. Em "A História da Sexualidade: Vol. I", obra onde ocorreram as primeiras elaborações sobre a biopolítica de Foucault, o autor considera a biopolítica enquanto um conjunto de fenômenos particulares da modernidade e chega a defini-la como conjunto de implantações de poder em confluência com conhecimento, expressas em técnicas polimorfas, permeando a sociedade moderna (LIESEN e WALSH, 2012).

Esta definição contém grande carga significante, remetente ao método histórico foucaultiano. Dentro dos três eixos de análise do saber/poder – a saber, a arqueologia, a genealogia e a ética do saber/poder – Foucault percebe o conjunto de fenômenos particulares expressos em técnicas polimorfas de controle e disciplina, se manifestando em dois domínios. Manifesta-se no corpo, o que ele chama de anatomopolítica, e na população, o que ele chama de biopolítica. No primeiro caso, a dinâmica de poder centra-se no corpo, disciplinando-o, no sentido de optimização e introdução a sistemas de eficiência e controle econômico; no segundo, centra-se na população, controlando propagação, mortalidade, expectativa de vida e qualidade de vida (DAVIDSON, 1986).

A transformação proposta por Foucault para o conceito em questão é a de que o fenômeno da biopolítica significa um poder político positivo, e não apenas negativo, de

[9] "Em outras palavras, biopolítica é uma orientação para a investigação política que reconhece a pessoa como uma criatura biológica complexa, racional e emocional" (tradução própria).

proibição, disciplina e punição, como constava nas teorias liberais clássicas. Além das capacidades negativas relegadas ao Estado, a biopolítica teria a capacidade de moldar e formar padrões de personalidade, desejo e comportamento humano (LIESEN e WALSH, 2012). Pelo menos, essa era uma das maiores potencialidades desta discussão, ensejada pelo curso "O Nascimento da Biopolítica" (2008).

A partir deste ponto, podemos avistar o início de uma bifurcação nas interpretações sobre o referido curso lecionado por Foucault e nos usos do conceito de biopolítica. Por um caminho, prepondera o neoliberalismo enquanto reprogramação do liberalismo (SENELLART e BRANDÃO, 2008), com a biopolítica exercendo uma força política positiva, na qual se produz em uma específica governamentalidade, uma nova "racionalidade governamental", que invade todos os âmbitos, não só do Estado, mas também da vida social, fenômeno exemplificado na formação e modelagem de personalidades, desejos e comportamentos (DARDOT e LAVAL, 2016).

Representarão estes estudos os autores, Dardot & Laval (2016), Brown (2019), até chegarmos nas produções de Vladimir Safatle (2021), com o ciclo dos afetos. No outro caminho, há uma emergente tendência em centralizar os estudos sobre a soberania, a governamentalidade – também tratados pelos autores do neoliberalismo –, mas com foco na distribuição da morte atrelada ao conceito de biopolítica e com diferentes pressupostos. Esta corrente está representada principalmente pelo filósofo camaronês Achille Mbembe (2016).

A bifurcação que enxergo está na observação dos dois domínios de ação da biopolítica propostos por Foucault. Os estudos focados nos efeitos do neoliberalismo para as personalidades, subjetividades etc., privilegiam o domínio da anatomopolítica (e poder disciplinar), enquanto aqueles que focam nos efeitos da política para a demografia, mortalidade, expectativa de vida etc., realçam o domínio da biopolítica, propriamente dita. É claro que esses dois domínios não são abordados de maneira completamente estanque em nenhum dos dois caminhos ponderados neste capítulo, uma vez que todas as obras aqui citadas foram escritas com consciência do desenvolvimento que o conceito teve até a atualidade.

Há momentos em que Mbembe declara estar preocupado com o corpo ferido ou morto na ordem do poder e suas consequências para a filosofia de vida dos sobreviventes (MBEMBE, 2016, p. 124), o que seria mais adequado à anatomopolítica, enquanto Dardot & Laval também se comprometem em descrever a influência das políticas monetaristas na

formação de um sistema disciplinar mundial (DARDOT e LAVAL, 2016, pp. 196-198), o que também coloca suas análises em parâmetros maiores que a formação de subjetividades localizadas. Importa, contudo, que designemos os dois diferentes caminhos pelas tendências que cada um apresenta, correndo sim o risco de incorrer em análises grosseiras, mas salientando a adequação de cada com diferentes problemas de pesquisa.

Talvez a linha de estudos do neoliberalismo, embasada na terceira geração da Teoria Crítica e nos discípulos dos estudos da sociedade disciplinar e do controle, tenha canalizado seus pressupostos em um específico ensinamento do método histórico de Foucault: a busca pelo saber, que atravessa a história humana (DAVIDSON, 1986). A centralidade desse aspecto está atrelada à dualidade razão e desrazão como verdade do sujeito, característica marcante da terceira geração da Teoria Crítica, a qual Mbembe critica e substitui seu pressuposto pela dualidade vida e morte (MBEMBE, 2021).

No fim das contas, talvez também seja uma tendência genuína do campo da Ciência Política maturar o que anteriormente era uma outra biopolítica e não apagar os diversos significados já suscitados a esse termo, ao longo de sua história, mantendo-se o objetivo de "se valer de dados e teorias das ciências naturais, tais quais psicologia, psiquiatria etc., para tentar explicar e analisar comportamento político" (LIESEN e WALSH, 2012, p. 13) independentemente hegemonia de qualquer aparato conceitual específico. De qualquer forma, podemos tensionar essa linha de estudos do neoliberalismo em comparação com os trabalhos de Mbembe, que originaram o conceito de necropolítica, para pensar a pertinência deste conceito.

Apresentarei primeiro o caminho dos estudos sobre neoliberalismo – assim convencionei chamá-los por conta da repetição –, que julgo estarem mais alinhados aos eventos relacionados à governamentalidade de países do capitalismo ocidental. O ponto de partida, além da teoria foucaultiana – bastante presente na redação dos trabalhos a serem relatados –, é a terceira geração da Teoria Crítica, em especial a teoria do reconhecimento, de Axel Honneth (2009).

Em "A luta por reconhecimento" (2009), o filósofo retoma formulações iniciais da obra hegeliana — especialmente a compreensão da noção de reconhecimento como produto de uma luta moralmente motivada — para desenvolver, no âmbito da teoria social crítica, um modelo normativo que integre as conclusões derivadas dos escritos históricos de Foucault em uma teoria comunicacional. Honneth se propõe a ultrapassar a metafísica hegeliana,

transpondo seus conceitos à normatividade empírica através da psicologia social intersubjetiva de G.H. Mead (HONNETH, 2009).

Honneth postula que o processo de individuação pode ser definido pela ampliação das relações de reconhecimento mútuo, em diferentes esferas. Segundo Mead, há três formas de reconhecimento recíproco: "relações amorosas, formas de reconhecimento jurídico e, por fim, formas de reconhecimento solidário" (HONNETH, 2009, p. 157). A transposição de tais formas de reconhecimento para as esferas da vida social resulta em uma estrutura composta pelos alicerces da família, sociedade civil e Estado. Cada esfera de interação gera, por sua vez, um padrão diferente de reconhecimento (Idem., 2009).

A conexão de Honneth com os estudos sobre neoliberalismo está na transição do conceito de eticidade baseado na honra para a noção de prestígio social, que agora se vincula ao reconhecimento social. Neste caso, Honneth afirma que:

> Quanto mais os movimentos sociais conseguem chamar a atenção da esfera pública para a importância negligenciada das propriedades e das capacidades representadas por eles de modo coletivo, tanto mais existe para eles a possibilidade de elevar na sociedade o valor social ou, mais precisamente, a reputação de seus membros. Além disso, uma vez que as relações da estima social, como já havia visto Georg Simmel, estão acopladas de forma indireta com os padrões de distribuição de renda, os confrontos econômicos pertencem constitutivamente a essa forma de luta por reconhecimento (HONNETH, 2009, pp.207-208).

Aqui se coloca a transição de uma subjetividade que disputa, num sistema econômico, seu reconhecimento. Era nesta seara que "valores morais eram mobilizados para justificar a racionalidade de processos de intervenção social e econômica" (Safatle, 2021, p. 12). Esta racionalidade como uma governamentalidade neoliberal é o próximo passo, que nos leva à Wendy Brown e à dupla francesa, Dardot e Laval.

Wendy Brown busca analisar e "avaliar a cultura política e a produção subjetiva neoliberais". Ela está interessada na "ascensão das formações políticas nacionalistas autoritárias brancas" e na suposta "raiva instrumentalizada dos indivíduos [brancos] abandonados economicamente", bem como num "ressentimento racial" decorrente deste abandono (BROWN, 2019, p. 17). Pode-se argumentar que Brown se aproxima do eixo metodológico foucaultiano da genealogia do saber, pois se aprofunda numa cultura política específica, a fim de entender como se expressa ali a relação entre saber/poder.

Brown está muito próxima dos primeiros escritos sobre a biopolítica de Foucault, pois se baseia nos cursos do "Nascimento da Biopolítica", contudo com foco no argumento da "reprogramação do liberalismo", como já foi mencionado. Assim, resulta dessa governamentalidade neoliberal, um sujeito neoliberal totalizado na figura do *homo economicus*, diferente do sujeito liberal, pois ultrapassa a lógica de satisfação de necessidades, do liberalismo clássico, para a competitividade e aprimoramento do capital humano (BROWN, 2019), mas que ainda não escapa a uma visão preponderantemente anatomopolítica advinda dos cursos de Foucault.

No mesmo sentido de Brown, vai a dupla Dardot & Laval (2016), ao descreverem a mudança no comportamento social rumo a instauração de uma racionalidade geral imposta a todos os governantes e identificarem o papel de:

> técnicas e dispositivos de disciplina, isto é, sistema de coação, tanto econômicos quanto sociais, cuja função era obrigar os indivíduos a governar a si mesmos sob a pressão da competição, segundo os princípios do cálculo maximizador e uma lógica de valorização do capital (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 193).

No livro "A Nova Razão do Mundo", de Pierre Dardot e Christian Laval (2016), é possível observar de maneira mais palpável – numa meticulosa retomada de história econômica – sob que episódios econômicos, políticos e ideológicos se formou um sistema disciplinar mundial (DARDOT e LAVAL, 2016). Na descrição de "uma nova regulação pela concorrência" (Ibid. p. 193), é reconhecida a subserviência dos Estados-nação de economias mais frágeis às condições impostas pela concorrência exacerbada e globalizada.

A dupla de autores, entretanto, ruma para a crítica à compressão de salários, redução de direitos, enfraquecimento de mecanismos de solidariedade, que decorrem do crescimento do capitalismo financeiro e culminam na criação de um "valor acionário, [...] que pressiona os assalariados com o intuito de aumentar os dividendos e as cotações na bolsa [...] como determinam os mercados de ações" (Idem. p. 200). Por mais que pareça que a discussão esteja no âmbito do governo e controle populacional, esse valor acionário seria o agente disciplinante dentro das empresas e seus efeitos subjetivos e generalizantes desembocam numa subjetividade crescente de "capitalização da vida individual" (Idem. p. 201).

Se estes autores estavam olhando para episódios específicos (especialmente econômicos) da história contemporânea, como os anos 80 de Reagan e Thatcher, crises do

petróleo em 1973 e 1979, o Consenso de Washington, entre outros eventos, talvez não seja possível estender suas explicações para eventos mais distantes do centro do capitalismo ocidental – ou ao menos eles não teriam lugar tão central. Neste contexto, Mbembe desenvolve seus trabalhos, tomando como ponto de partida, o continente africano e sua história política.

Achille Mbembe também usa a noção de biopolítica nos termos de Foucault, mas opera mais próximo de outro importante eixo metodológico foucaultiano: a arqueologia do saber. A arqueologia do saber, de Foucault, desvela a relação entre poder e conhecimento na história, por meio do estudo de culturas políticas passadas e fenômenos históricos marginais aos discursos dominantes, tensionando contradições e evidenciando fenômenos inexplicáveis para os paradigmas dados (LIESEN e WALSH, 2012).

Mbembe elege, então, fenômenos históricos da história política africana para análise, pondo a prova a capacidade explicativa da biopolítica, com o intuito de revelar os limites dos discursos predominantes em contraste com seu objeto de estudo. De certa forma, Mbembe elege os próprios desdobramentos do método foucaultiano como discurso já predominante e busca evidenciar os limites destes escritos quando desenvolve o conceito de necropolítica (MBEMBE, 2016).

Quando Brown afirma que "o poder político sempre se materializa e é moldado por uma racionalidade distinta, uma forma de razão e suas oclusões" (BROWN, 2019, p. 69), ela está pensando política necessariamente na chave primordial da razão, enquanto Mbembe está propondo a política enquanto "trabalho de morte" (MBEMBE, 2016, p. 125). Para isto, Mbembe prioriza o conceito de soberania. Para o filósofo, soberania é a capacidade de exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como manifestação de poder (Idem., 2016). Agora, a dualidade racional e irracional, que sustentava as teorias normativas da democracia, dará lugar à noção de exercício de soberania que possibilitou o colonialismo e o exercício do direito de matar, suscitando a dualidade vida e morte.

Partindo do pressuposto de que na guerra se disputa a soberania através do direito de matar, Mbembe trabalha com a hipótese de que a política em si seria uma forma de guerra, em que o Estado proclama sua soberania se valendo da biopolítica. Ao contrário das teorias normativas da democracia[10], que colocavam face mortífera da política como algo extraordinário, num lugar do extremo negativo (comumente associado ao nazismo), Mbembe

[10] Essa é forma que Mbembe convenciona se referir às segunda e terceira gerações da escola de Frankfurt e sua Teoria Crítica.

afirma que a política de morte compõe o *nomos* do espaço político que vivemos, uma vez que o uso de políticas de morte já era uma realidade generalizada em continentes colonizados antes do regime nazista e como é até hoje (MBEMBE, 2016).

Um aspecto importante da política como trabalho de morte é a mudança de paradigma do sujeito. A partir do paradigma hegeliano, o sujeito se constrói na luta e trabalho contra as forças naturais. Já a partir do filósofo Georges Bataille (1988 [1955]), a morte seria a violência da negatividade do sujeito, uma força natural em si. A morte do sujeito, para Hegel, corrobora a ideia de Bataille, pois ela é, antes de tudo, voluntária. Assumir o risco de enfrentar e transformar a natureza à sua volta é derrotar o animal no humano e assim fazer viver o sujeito. A vida em si só existiria, portanto, em confronto com a morte (força natural) e ela falha quando a morte a toma como refém. Bataille entende que a soberania é a recusa em aceitar os limites que o medo da morte impõe ao sujeito (ter o poder de fazer viver, condicionando a afirmação da morte voluntária) e Mbembe se filia a esta ideia (MBEMBE, 2016).

Mbembe se concentra numa série de fenômenos históricos e políticos do continente africano. Dentre eles, estão os efeitos do alto endividamento e dependência das frágeis economias de países africanos, seguindo para outros problemas. Em sua escolha por eleger a dualidade vida e morte como uma chave mais prática para fundamentar política, o filósofo camaronês nota o aumento de países que já não conseguem reivindicar o monopólio da violência, o controle territorial nem o controle dos principais fluxos e canais econômicos, como fontes de minérios, petróleo etc. – não há soberania. A partir destas condições estrutura-se um fenômeno especial enfrentado por países africanos: as “máquinas de guerra” (Ibid. p. 138).

As máquinas de guerra estendem sua força de coerção, representada por seu aparato bélico, ao domínio dos canais econômicos, dos quais os países africanos dependem. Então, elas se desenvolvem por meio de negociações, por vezes forçadas, por vezes espúrias, com estes países. Esses grupos paramilitares chegam a alcançar proporções transnacionais, exercendo uma estratégia de política predatória, que consiste em atacar as vulnerabilidades dos governos locais, ou fazendo de reféns suas populações (MBEMBE, 2021).

Como fora avisado, Mbembe não se furta de reconhecer outros aspectos sociais e subjetivos do neoliberalismo. Em sua visão, a desvalorização monetária e hiperinflação a que os países africanos estão submetidos, deteriora sua capacidade de gerar vínculos sociais,

inclusive de solidariedade, e políticos, uma vez que ele considera o pressuposto de que, para se consolidar laços sociais, depende-se fortemente de relações econômicas como dívidas, empregos, crédito, dependência familiar, entre outros. Desta forma, as máquinas de guerra cooptam novos integrantes também pela pressão da necessidade de subsistência (entre outros métodos, tal qual a coerção), que configuram a dualidade vida e morte como a verdade desses sujeitos. "Aqui não há uma campanha das novas tecnologias destrutivas para disciplinar corpos, mas sim a própria campanha do massacre como fazer político" (MBEMBE, 2016, pp. 140-141).

Além do fenômeno acima descrito, Mbembe está preocupado com populações inteiras que possuem seu status político reduzido a *condition inumana* (AGAMBEN, 1995). "É o que ocorre com o indivíduo colonizado, após sua desumanização. Ali há um estado de exceção permanente que convive com o estado normal de leis, em prol do vigor da soberania de países europeus sobre países africanos" (MBEMBE, 2016, p. 143). As mudanças epistemológicas propostas por Mbembe nos demandam elencar um novo rol de fenômenos a serem incluídos na ordem do dia da sociedade e da política contemporânea. A saber, são eles: as ocupações no Afeganistão e na Palestina; a fragilidade da soberania perante a nova mobilidade global; o uso da morte ou do massacre como moeda política; a novas guerras e os movimentos jihadistas (Idem., 2016).

É possível continuar um bom debate sobre os limites de cada caminho que a biopolítica pode tomar, no tocante às suas capacidades explicativa e propositiva, a depender, contudo, dos problemas sociais a serem enfocados. Mas será que, ao focarmos nos problemas sociais brasileiros, especialmente os concernentes à realidade violenta nacional, o caminho da necropolítica encontraria bons resultados?

Seria produtivo pensar a dualidade vida e morte para os jovens de periferia que escapam da hipervigilância? Talvez. Se realizarmos o exercício de equiparar a trajetória de "economia política do ser/estar envolvido" à figura do sobrevivente, trazida por Elias Canetti e utilizada por Mbembe (PIZA, 2022), talvez encontremos um paralelo. Entretanto, há muitas complexidades a serem destrinchadas antes de importarmos o conceito da necropolítica para nossas análises. É imprescindível ter em mente que estamos diante de um programa filosófico que vai além do conceito e o proporciona. A cautela em seu uso só se reforça, quando nos deparamos com o sequestro do qual esse conceito é vítima, tanto nas mídias sociais, quanto em discussões acadêmicas (Idem, 2022).

Como, então, a necropolítica e o programa de Mbembe se relacionam com as bases para se pensar masculinidades negras? Se ao falar de masculinidade, resgatamos uma definição do conceito e seus aspectos teóricos, e para argumentar a pluralidade de masculinidades, elencamos o conceito de interseccionalidade, agora é necessário entender que efeitos a racialização traz a categoria, além de se referir a homens negros.

4. Racialização: homem negro como uma configuração distinta

Esta sessão se destina a entender como a racialização atravessa as configurações de práticas de gênero de homens negros, lembrando das diretrizes resultantes da adoção da interseccionalidade como ferramenta metodológica. Pretendo argumentar que não se trata de configurações de práticas gênero masculinas em encontro com práticas e contextos racializados, mas que se trata, na verdade, de configurações masculinas negras, constituída por uma lógica e historicidade distintas de outras configurações. Assim, acredito que possamos visualizar melhor a afinidade entre a necropolítica e a racialização de masculinidades, que proponho.

Para esta tarefa, é preciso assumir, em primeiro lugar, um pressuposto epistemológico, que diferenciava Mbembe de Foucault: o recurso epistêmico decolonial [ou pós-colonial][11] (PIZA, 2022), que sugere a consideração do encontro colonial como fato histórico ontoformativo de primeira relevância para a teoria social (CONNELL, 2012). Isto significa dizer que considero que esse encontro foi constituinte de novas realidades sociais na história mundial e enseja o Estado colonial, onde as estruturas de gênero e classe se dão de maneira distinta e a raça tem lugar de criação genuína deste sistema (Idem, 2012).

Sobre o Estado colonial, sua relação com necropolítica está fundada em Fanon e utilizada por Mbembe:

> Fanon descreve os impactos objetivo-subjetivos da ocupação colonial e suas especificidades. A espacialização do poder, os seus compartimentos, o poder da morte que opera na cidade do colonizado, a cidade que é criada para isso: colônia, distritos. Não há como tratar de necropolítica sem entender profundamente o que é

[11] Afirmar que Mbembe usou de contribuições decoloniais e pós-coloniais não quer dizer que ele se filie a estas tradições de pesquisa. Mbembe recusa ser atrelado a qualquer uma dessas tradições, bem como recusa ser identificado como “foucaultiano”, a despeito dos profundos diálogos que realiza com este programa filosófico.

> uma vila agachada, uma cidade ajoelhada, uma cidade acuada (FANON, 1968, p. 29 Apud. PIZA, 2022. p. 137)

Falamos de *condition inumana* e um constante estado de exceção. Também falamos de uma centralidade dos aspectos populacionais da biopolítica, em que o exercício do direito de matar, em países africanos, serve à soberania de países europeus[12]. Neste contexto, em que a vida e morte são a verdade desses sujeitos, emerge um entrave na suposição de que o dispositivo da sexualidade operaria de maneira semelhante ao que foi previsto por Foucault e Butler.

Durante a colonização, a escravização de vários povos apresentou importante ponto de diferenciação entre sexo e gênero, que foi percebido pela filósofa Maria Lugones: "A consequência semântica da colonialidade do gênero é que mulher colonizada é uma categoria vazia: nenhuma mulher é colonizada; nenhuma fêmea colonizada é mulher" (LUGONES, 2014. p. 939). Na condição de colonizadas, mulheres negras não possuíam as mesmas inscrições corporais construindo gênero, porque a disciplina sob seus corpos não era voltada à adaptação aos rumos capitalistas da sociedade. Operavam ali verdadeiras tecnologias de destruição, massacre e terror (os regimes de trabalho escravo incluídos) para permitir a os saques coloniais e servir de laboratório para os avanços tecnológicos que permitiram a industrialização das metrópoles (MBEMBE, 2016).

Só de se considerar a vida cotidiana[13] de pessoas escravizadas, totalizado pelo trabalho forçado, já podemos encontrar imagens resultantes, como "deformações físicas resultantes de excesso de trabalho pesado; aleijões corporais consequentes de punições e torturas, às vezes de efeito mortal para o escravo" (NASCIMENTO, 2016 [1978]). Abdias do Nascimento realiza um traçado histórico das políticas de morte da população negra no Brasil, em sua obra "O Genocídio do Negro Brasileiro" (2016) e estabelece um *continuum* de um "genocídio institucionalizado, sistemático, embora silencioso" (Ibid., p. 13).

A obra com teor de denúncia contundente mobilizou uma série de estudos que buscam enquadrar contextos empíricos num rol de argumentos que legitimem o uso da categoria "genocídio" antinegro, e os desdobramento (principalmente) políticos conquistados por este uso. O entendimento de que "a este cenário que denominamos genocídio antinegro, se acumulam desvantagens sociais, ao longo de gerações negras, que não descendem de escravos, mas de seres

---

[12] Ver página 27.

[13] Usar este termo por si só já soa estranho, pois não seria razoável falar da vida cotidiana de um objeto que constitui força de trabalho desumanizada.

que foram escravizados" (CARVALHO, 2020) instiga-nos a conectar historicamente os efeitos do Estado colonial à perseverança da vulnerabilidade da população negra ao cenário crítico de mortes violentas.

Acerca da realidade violenta vivida no país, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública conclui (entre outras ponderações) em seu relatório que:

> A conclusão é que a desigualdade racial no Brasil se expressa de modo cristalino no que se refere à violência letal e às políticas de segurança. Os negros, especialmente os homens jovens negros, são o perfil mais frequente do homicídio no Brasil, sendo muito mais vulneráveis à violência do que os jovens não negros. Por sua vez, os negros são também as principais vítimas da ação letal das polícias e o perfil predominante da população prisional do Brasil. Para que possamos reduzir a violência letal no país, é necessário que esses dados sejam levados em consideração e alvo de profunda reflexão. É com base em evidências como essas que políticas eficientes de prevenção da violência devem ser desenhadas e focalizadas, garantindo o efetivo direito à vida e à segurança da população negra no Brasil (IPEA e FBSP, 2018, p. 41).

Acredito que há uma tradição intelectual e legal, que atrasou o entendimento e a consideração dos impactos do fato colonial sobre as desigualdades, em especial as relacionadas à violência no Brasil. A começar pelo primeiro Código Criminal, de 1831, que iniciou formalmente uma tradição de se tipificar infrações sem vítimas, principalmente as que promovessem ajuntamentos de negros, com o intuito de prevenir insurreições (GÓES, 2015).

Ainda a título de exemplo, em 1891, o sentimento de culpa diante dos horrores da escravidão motivou o então ministro Rui Barbosa a queimar "todos os documentos históricos e arquivos relacionados com o comércio de escravos e a escravidão em geral" (NASCIMENTO, 1978, p. 49). As obras de vários dos interpretativistas do Brasil, como Gilberto Freyre, ao se defrontarem com as teorias degenerativas da raça e tentarem propor uma mestiçagem positiva para a formação da nação brasileira, tiveram efeito apaziguante das relações raciais no país (CARNEIRO, 2005).

Com o intuito de quebrar "neutralidades científicas" e impactar o campo dos estudos de gênero, principalmente colombianos, Mara Viveros Vigoya buscou contribuições de epistemologias feministas, resgatando o conceito de "conhecimento situado" de Collings (já citado aqui) para "propor formas de atuação [de pesquisa] ancoradas nas práticas e experiências sociais [de homens negros] capazes de integrar a complexidade criada pela imbricação das opressões sociais" (VIGOYA, 2018. pp. 30-31). Vigoya percebeu a necessidade de intervir no campo dos estudos de gênero para destacar o impacto da raça nas

masculinidades “nossamericanas” e se destacou como referência na discussão da pertinência da interseccionalidade e das masculinidades hegemônicas (PAMPLONA e BETINA, 2021).

É possível perceber como o caminho se torna turvo ao relacionar masculinidades negras com violência, e quem dirá com a necropolítica. Não porque não se associe masculinidades negras à violência. O nascimento da tradição de pesquisa sobre homens negros, nos Estados Unidos, por exemplo, inicia já na década de 60. Esta tradição se concentrava em pesquisar os efeitos da desigualdade econômica em homens negros, seu acesso a espaços públicos e privados, seu pensamento sobre a realidade social nas esquinas e, por fim, as formas de sua expressividade masculina. A gênese desses estudos integrava um contexto em que se afirmava que os homens negros não possuíam condições sociais para se adaptarem à crescente ordem industrial americana (YOUNG, 2021).

Com o avançar da tradição de pesquisa e das ciências sociais, já nos anos 80, os estudos sobre homens negros puderam contar com o paradigma weberiano da sociologia compreensiva e a popularidade de técnicas de pesquisa da sociologia e antropologia urbana. Com base nestas condições, entretanto, associou-se o grupo social de homens negros ao conceito de subclasse, sob a justificativa de que essa subclasse seria composta pelos indivíduos mais socialmente isolados e socioeconomicamente imóveis: os homens negros. Num viés social determinista de que a privação econômica e a patologia social de uma comunidade desestruturada seriam inescapáveis a seus residentes, os homens negros foram considerados como socialmente inclinados à violência e tratados como problema social a ser pesquisado (Idem, 2021).

Temos também algumas propostas explicativas em uso, como o *ethos* do guerreiro de Alba Zaluar, que sugeria uma masculinidade pautada em valores tradicionais, no contexto do tráfico de drogas, que aborda jovens com a possibilidade de serem provedores e poderem exercitar sua força física, num estilo de masculinidade exibicionista. Em vista de todas as discussões feitas neste ensaio, faz-se necessário abandonar esta ideia e reconhecê-la como ultrapassada, diante dos avanços dos estudos sobre masculinidades, pelo menos nos últimos vinte anos.

É curioso então que nos estudos mais específicos sobre masculinidades, no Brasil, não é possível afirmar que haja preponderância de pesquisas que associam masculinidades e violência ou agressividade, e sim o contrário (PAMPLONA e BARROS, 2021). Junto desta afirmação, também é possível concluir que não há número significativo de análises que

percebam a construção das masculinidades por meio da intersecção de raça, classe e outras clivagens (Idem, 2021). Nos estudos da sociologia da violência, contudo, é bastante comum que se identifique a associação entre homens (jovens) negros e violência, mesmo que não haja nenhum tipo de tentativa de explicação desta relação (SINHORETTO, 2018).

Suspeito, então, que a falta de análises que percebam a construção das masculinidades, por meio da intersecção de raça e outras clivagens possa fomentar uma lacuna que dificulte a associação que estamos buscando. O exercício que proponho é o uso do aparato teórico que o conceito de necropolítica proporciona e que foi discutido anteriormente. Não será aqui que isto será comprovado, mas este ensaio se presta ao papel de aventar possibilidades teóricas que contribuam com futuras pesquisas empíricas e mais focadas em pontos específicos levantados pela discussão.

Nos moldes colocados neste texto, poderíamos propor o racismo como a tecnologia que permite o exercício do biopoder, tornando possível a funções mortíferas do Estado (MBEMBE, 2016). Essa afiliação traria "na boleia" a consideração da noção de ocupação colonial, de Fanon, que prevê tipologias e descrições de um conjunto de relações sociais e espaciais, equivalente à

> produção de fronteiras e hierarquias, zonas e enclaves; a subversão dos regimes de propriedade existentes; a classificação das pessoas de acordo com diferentes categorias; extração de recursos; e, finalmente, a produção de uma ampla reserva de imaginários culturais (ibid. p. 135).

Essa descrição sobre parte da espacialização da ocupação colonial, de Fanon, remonta um conjunto de técnicas mobilizadas para vigilância e controle de populações sobrevigiadas pelas forças correcionais do Estado. Relembrando a discussão feita em outro momento, podemos entender que essas técnicas de vigilância distribuídas no espaço ocupado, servem para, primeiramente, capturar corpos transgressores das normas impostas, e posteriormente, pensando um cotidiano tomado pela falta de liberdade e privacidade, produzir o efeito de moldar aspectos corporais e individuais que pressupõem o controle social (CECCHETTO *et al*, 2020) e enunciam a própria lei.

Traria também a consideração do encontro colonial como fato histórico constituinte de realidades sociais modernas, abrindo portas para mais profundas reflexões sobre colonialidade e masculinidades. Seria possível então dar lugar de destaque para o histórico de genocídio da população negra no país e começar a pensar quais políticas e problemas sociais se encaixam

adequadamente ao signo das políticas de morte. Se houver o encaixe nos termos de Mbembe, saberemos de antemão que estes possuem um leque de possibilidades explicativas, destrinchados nos próprios trabalhos do autor.

Considerações Finais

Neste ensaio, busquei mostrar que bases permitem caminhar, do conceito de masculinidades para o conceito de masculinidades negras. Esta caminhada estava, assumidamente, enviesada pelo currículo que construí ao longo da minha graduação e, por isso, constitui um apanhado de conclusões que consegui alcançar ao fim deste curso. Destaquei os conceitos de *interseccionalidade, masculinidades hegemônicas, performatividade, biopoder e biopolítica, e necropolítica*.

Com este ensaio, pretendi organizar analiticamente os pressupostos teóricos que embasarão minha dissertação de mestrado, ora em curso. O caráter talvez apressado de cada discussão é uma limitação para que se adote, este texto apenas, como suficiente para satisfazer as explicações teóricas de trabalhos futuros, mas enuncia uma série de debates e conceitos em uso na academia, ainda pouco organizados, mas com grande potencial de exploração em pesquisas futuras.

Há um claro engajamento com o tema das masculinidades negras e um desejo pessoal de enxergá-lo enquanto uma categoria de análise. Este desejo tem origem, provavelmente, numa crença pessoal (não completamente assumida) de possuir um ponto de vista privilegiado que permita observar, por outra perspectiva, problemas sociais e de pesquisa ainda sem resolução. O desdobramento desse desejo é trabalhar para contribuir com a articulação, organização e consolidação de uma tradição de pesquisa sobre masculinidades negras.

Nesta seara, percebi que será pertinente realizar uma nova pesquisa, que consista no estado da arte de produções acadêmicas sobre masculinidades negras – incluídos diversos tipos de literatura – para compreender com maior rigor metodológico e segurança em que condições [teóricas] essas publicações têm sido produzidas (FERREIRA, 2002). Esta é minha proposta de dissertação, modificada pela experiência de pesquisa e escrita que empenhei neste ensaio.

Durante a discussão sobre as verdades *do sujeito*, levantou-se a demanda de investigar mais a fundo outra proposta não incluída: a teoria do sujeito produzida por bell hooks, a partir

de epistemologias feministas negras (1990). Há outras discussões que se abrem em decorrência do debate aqui proposto, como, por exemplo, os limites do uso da categoria de genocídio (NASCIMENTO, 2016), as possibilidades de se adotar o conceito de amefricanidade (GONZALES, 1988) e até o aprofundamento do programa filosófico de Mbembe, com vista a realmente testar seus limites e alcances no contexto brasileiro.

Ao fim do processo de escrita, restam algumas perguntas que podem compor pesquisas futuras: I) É possível identificar um campo ou uma rede de pesquisas/pesquisadores centralizada na categoria de masculinidades negras? II) O uso desta categoria é pertinente às lacunas nas pesquisas sobre violência, no Brasil? III) Qual seria a melhor abordagem teórica para abordar o racismo, ao tratar de masculinidades negras? IV) Como as masculinidades negras podem ser pesquisadas empiricamente, em pesquisas da sociologia da violência?

De qualquer forma, vale registrar que este processo de reflexão ajudou a elaborar um senso de responsabilidade para entender melhor, tanto os obstáculos, quanto as soluções proporcionados pela pesquisa científica, em relação a problemas concretos da nossa realidade social e que parecem ininteligíveis, a despeito de serem percebidos pela produção científica local. Apesar da aparência singela e incipiente deste ensaio, ele é resultado de um árduo processo de reflexão que revelou possibilidades durante a pesquisa e durante a escrita, e foram suficientemente inspiradoras, a ponto de motivar a continuidade da busca pelas respostas, por meio do avanço de um programa (pessoal) de pesquisa, que se projeta a longo prazo, possui compromissos políticos e reflete toda a subjetividade de um pesquisador em formação, completamente atravessado pelos problemas que pesquisa.

Referências Bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. “Moyens sans fins: notes sur la politique”. Paris: *Payot & Rivages*, 50-51, 1995.

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

ANDRÊO, Caio *et al*. Homofobia na construção das masculinidades hegemônicas: queerizando as hierarquias entre gêneros. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v. 16, n. 1, p. 46-67, 2016.

BACHELARD, Gaston. *A formação do espírito científico*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BARBIN, Herculine; FOUCAULT, Michel; PANIZZA, Oskar. *Herculine Barbin: o diário de um hermafrodit*a. F. Alves, 1983.

BEATO, Cláudio; ZILLI, Luís Felipe. A estruturação de atividades criminosas. Um estudo de caso. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 27, n. 80, pp. 71-88, 2012.

BOTTON, Fernando Bagiotto. As masculinidades em questão: uma perspectiva de construção teórica. *Revista Vernáculo*, v. 1, n. 19/20, 2007.

BRITO, Leandro Teofilo de. Da masculinidade hegemônica à masculinidade queer/cuir/kuir: disputas no esporte. *Revista Estudos Feministas*, v. 29, 2021. (p. 9)

BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente*. São Paulo: Politeia, 2019.

BUTLER, Judith. *Bodies That Matter: On the Discursive Limits of Sex*. New York: Routledge, 1993.
_____. Foucault and the Paradox of Bodily Inscriptions. *In: Journal of Philosophy*, 86 (11): 601-7, 1989.
_____. *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. New York: Routledge, 1990.
_____. *Os Atos Performativos e a Constituição do Gênero: um Ensaio sobre Fenomenologia e Teoria Feminista*. Cadernos de Leituras, 1988.
_____. *Subjects of Desire: Hegelian Reflections in Twentieth-Century France*. New York: Columbia University Press. 1987.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2005.Tese (Doutorado em Sociologia)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARRIGAN, Tim; CONNELL, Bob; LEE, John. Toward a new sociology of masculinity. *Theory and society*, v. 14, n. 5, p. 551-604, 1985.

PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto. Sobre usos e possibilidades da interseccionalidade. *Civitas-Revista de Ciências Sociais*, v. 21, p. 445-454, 2022.

COASTON, J. *The intersectionality wars*. Vox, 28, May. 2019.

COLLINS, Patricia Hill. *Black feminist thought: Knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. Routledge, 2009 [2000].

CONNELL, R. W. *Gender and Power*. Sydney, Australia: Allen and Unwin, 1987.

CONNELL, R. W. *Masculinities*. Polity, 2005.

CONNELL, Raewyn; MAIA, João. A iminente revolução na teoria social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais [online]*. v. 27, n. 80, pp. 09-20, 2012.

CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, J. W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Revista Estudos Feministas*, v. 21, p. 241-282, 2013.

CONRADO, Mônica; RIBEIRO, Alan Augusto Moraes. Homem Negro, Negro Homem: masculinidades e feminismo negro em debate. *Revista Estudos Feministas*, v. 25, p. 73-97, 2017.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex: A Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory, and antiracist politics [1989]. In: *Feminist legal theory*. Routledge, 2018. p. 57-80.

CRENSHAW, Kimberlé Williams; BONIS, Oristelle. Mapping the margins: Intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *Cahiers du Genre*, n. 2, p. 51-82, 2005.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo*. Boitempo editorial, 2017.

DAS CHAGAS, Nilton Augusto Duarte. Foucault e o Paradoxo das Inscrições Corporais. *PERI*, v. 13, n. 3, p. 228-235, 2021.

DAVIDSON, Arnold I. *Archaeology, genealogy, ethics. Foucault: A critical reader.* 1986. Tese (Doutorado em Filosofia)-Oxford: Basil Blackwell, Oxford, 1986.

DAVIS, Angela Y. *Are prisons obsolete?*. Seven Stories Press, 2011.

DE NAZARÉ MORAES, Elias; CHAVES, Ernani Pinheiro. Biopolítica: os paradoxos de controlar e matar. *PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP*, v. 12, n. 1, p. 65-75, 2019.

DUARTE, André; DE ASSIS CÉSAR, Maria Rita. Crítica e Coalizão: repensar a resistência com Foucault e Butler**.** *Revista de Filosofia Aurora*, v. 31, n. 52, 2019.

ELIAS, Norbert. *Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1997.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas "estado da arte". *Educação & sociedade*, v. 23, n. 79, 2002.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I*. Repositório UFSC, 1978.
_____. *Histoire de la sexualité, tome I: La volonté de savoir*. Gallimard, 1994.

GÓES, Luciano. *A" tradução" do paradigma etiológico de criminologia no Brasil: um diálogo entre Cesare Lombroso e Nina Rodrigues da perspectiva centro-margem*. 2015. Dissertação (Mestrado em Direito)-Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *In*: *Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, Nº. 92/93 (jan./jun.). 1988, pp. 69-82.

HENNING, Tempest M. Racial Methodological Microaggressions: When good Intersectionality goes bad. In: *Microaggressions and Philosophy*. Routledge, 2020. p. 251-271.

HOOKS, bell. *Feminist theory: from margin to center*. 2.ed. New York: South End Press, 2000 [1984].

HOOKS, bell. *Yearning: Race, Gender and Cultural Politics*. Boston, South End Press, 1990.

HONNETH, Axel. *A luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo, Editora 34, 2009.

IPEA e FBSP. *Atlas da Violência 2018*. Rio de Janeiro: IPEA, 2018.

KELLER, Daniel; ARAÚJO, Denise Castilhos de. Masculinidades: identidade narrativa, performance e diagramas de marginalização. *Caderno Espaço Feminino*. Uberlândia-MG, v. 30. 2017.

LIESEN, Laurette T.; WALSH, Mary Barbara. The competing meanings of "biopolitics" in political science: Biological and postmodern approaches to politics. *Politics and the Life Sciences*, v. 31, n. 1-2, p. 2-15, 2012.

LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, R. G. *As ciências sociais e os pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil*. São Paulo: FNSP e ANPOCS, 2011.

MARINHO, Frederico Couto; VARGAS, Joana Domingues. Permanências e resistências: legislação, gestão e tratamento da delinquência juvenil no Brasil e na França. *Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, 2015, 267-298.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. Arte e Ensaios, 2(32). 2017.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. N-1 Edições, 2021.

MISSE, Michel. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria "bandido". *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 79, p. 15-38, 2010.

NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Editora Perspectiva SA, 2016.

PAMPLONA, Roberta Silveira; BARROS, Betina Warmling. As masculinidades à brasileira: um balanço das produções sobre o tema nos periódicos científicos. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais* - BIB, São Paulo, n. 95, 2021.

PETERSON, Steven A.; SOMIT, Alfred. Biopolitics: A preliminary history. *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, 15: 333-339, 1979.

PINHO, Osmundo de Araújo. Etnografias do brau: corpo, masculinidade e raça na reafricanização em Salvador. *Revista Estudos Feministas*, v. 13, n. 1, p. 127-145, 2005.

SAFATLE, Vladimir. A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral. In: _____. *Neoliberalismo como Gestão do Sofrimento Psíquico*. p. 17-46, 2020.

SENELLART, Michel; BRANDÃO, Eduardo. In: FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979) / Michel Foucault*. Martins Fontes, p. 474, 2008.

SINHORETTO, Jacqueline; MORAIS, Danilo de Souza. Violência e racismo: novas faces de uma afinidade reiterada. *Revista de Estudios Sociales*, 2018, 64: 15-26.

SUBOTNIK, Daniel. What's wrong with Critical Race Theory: Reopening the case for middle class values. *Cornell JL & Pub*. Pol'y, v. 7, p. 681, 1997.

SPITZNER, Marcelo. Judith Butler e Michel Foucault: Considerações em Torno da Performatividade, do Discurso e da Constituição do Sujeito**.** *Web Revista Incursividade*. Edição nº 19. Janeiro, 2017.

WIEGELE, Thomas C. *Biopolitics: Search for a More Human Political Science*. Boulder, CO: Westview Press, 1979.

YOUNG JR, Alford A. Black Men and Black Masculinity. *Annual Review of Sociology*, v. 47, p. 437-457, 2021.

ZALUAR, Alba. *Condomínio do diabo*. Editora Revan, 1981.

ZILLI, Luís Felipe. O "mundo do crime" e a "lei da favela": aspectos simbólicos da violência de gangues na região metropolitana de Belo Horizonte. *Etnográfica. Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia*, v. 19, n. 3, 2015, p. 463-487.